



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 144\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1200\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 600\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto n.º 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial n.º 26/92, de 30 de Junho.

## ASSINATURAS

### Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	1 800\$00	1 200\$00
II Série .....	1 000\$00	600\$00
I e II Séries .....	2 500\$00	1 500\$00

AVULSO por cada página .. 4\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

### Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série .....	2 400\$00	1 800\$00
II Série .....	1 600\$00	1 200\$00
I e II Séries .....	3 100\$00	2 100\$00

### Para outros países:

I Série .....	2 800\$00	2 200\$00
II Série .....	2 000\$00	1 600\$00
I e II Séries .....	3 500\$00	2 500\$00

## SUMÁRIO

### Lei n.º 1/V/96:

Aprova o Orçamento do Estado para o ano de 1996.

## ASSEMBLEIA NACIONAL

### Lei n.º 1/V/96

de 24 de Junho

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 186.º da Constituição, o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Aprovação do Orçamento

#### Artigo 1.º

É aprovado pela presente Lei o Orçamento do Estado para 1996, constante dos mapas seguintes:

- a) Mapas I a VI, com o orçamento da administração central, incluindo os orçamentos dos serviços e fundos autónomos;

- b) Mapa IX, finanças locais;

- c) Mapa X, com os projectos de investimentos organizados por departamentos.

## CAPÍTULO II

### Disciplina orçamental

#### Artigo 2.º

#### Execução orçamental

1. O Governo tomará as medidas necessárias à rigorosa contenção das despesas públicas e ao controlo da sua eficiência, de forma a alcançar os objectivos de redução do défice orçamental e de uma melhor aplicação dos recursos públicos.

2. O Governo definirá, através de decreto-lei de execução orçamental, normas e procedimentos com vista à gestão rigorosa das despesas públicas, nomeadamente no que se refere às despesas com o pessoal, fixas e variáveis, aquisição de bens e serviços, correntes e de investimentos, e aos programas de investimentos do plano e desenvolverá através do sistema de transferências permanentes, mecanismos agilizadores da execução de determinadas despesas.

3. O Governo assegurará o reforço da acção inspectiva e fiscalizadora dos organismos e serviços com competências na área, de forma sistemática e programada, com o objectivo de garantir o rigor na execução orçamental, evitar a má utilização dos recursos públicos e velar pelo cumprimento rigoroso das leis.

## Artigo 3º

## Contas bancárias

1. Nenhuma conta bancária será aberta pelos organismos do Sector Público Administrativo, com excepção das autarquias locais e dos institutos públicos, sem a prévia autorização do Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar.

2. As contas de projectos para a movimentação de recursos de financiamento interno, e externo obrigam sempre, para a sua movimentação a débito, a assinatura de um representante da Direcção-Geral do Tesouro, abonada pelo Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar.

3. É conferida à Direcção-Geral do Tesouro a faculdade de, no âmbito das atribuições do Ministério da Coordenação Económica, solicitar, a qualquer momento, às instituições bancárias extractos de conta dos organismos referidos no nº 1 deste artigo.

## Artigo 4º

## Alterações orçamentais

1. Na execução do Orçamento do Estado para 1996, fica o Governo autorizado a:

- a) Transferir os saldos das rubricas orçamentais existentes à data da aprovação da presente lei, correspondentes aos Ministérios reestruturados ou extintos com a lei orgânica do Governo, aprovada pelo Decreto-Lei nº 15/96 de 20 de Maio, para os novos departamentos governamentais;
- b) Efectuar a transferência das dotações inscritas a favor dos serviços que sejam deslocados do centro para a periferia e de um ministério para outro ou de um departamento para outro dentro do mesmo ministério, durante a execução orçamental, ainda que a transferência se efectue com alteração do serviço;
- c) Inscrever no orçamento dos Ministérios, por contrapartida da dotação provisional, verbas para o enquadramento de novos recrutamentos, para o preenchimento de novos cargos de chefias e funções dirigentes, para as progressões e promoções de funcionários, para os abonos e descontos correspondentes e para a afectação de recursos a novos serviços criados e cuja entrada em funcionamento se prevê para o ano de 1996;
- d) Transferir verbas de projectos inscritos nos programas de investimentos dos diferentes Ministérios e relativos a construção e obras públicas para o orçamento do Ministério das Infraestruturas e Transportes;
- e) Inscrever novos projectos de investimento do plano, desde que financiados por receitas ou excedentes de receitas e que não representem aumento do *déficit* financiado por recursos internos;

f) Inscrever dotações orçamentais relativas a donativos ou empréstimos externos, que venham a ser disponibilizados durante o período de execução orçamental para o financiamento de projectos de investimentos;

g) Transferir para o orçamento da Assembleia Nacional, por contrapartida da dotação provisional inscrita no orçamento do Ministério da Coordenação Económica, verba para o financiamento do processo de reforma do parlamento.

2. Serão dotados por contrapartida da verba provisional e nos termos do decreto-lei de execução orçamental, verbas para o orçamento de funcionamento dos serviços criados e cuja entrada em funcionamento se prevê para o ano de 1996.

3. O Governo poderá suspender ou condicionar as despesas orçamentais da administração central, dos serviços e organismos autónomos, incluindo os institutos públicos, se a situação financeira do país o justificar.

## Artigo 5º

## Regime duodecimal

Durante o ano de 1996, ficam também sujeitas ao regime duodecimal as dotações orçamentais para as seguintes despesas:

- a) Transferências para os órgãos de soberania (Presidência da República e Assembleia Nacional);
- b) Transferências para os órgãos de defesa e segurança nacional (Forças Armadas, Polícia da Ordem Pública e Polícia Judiciária);
- c) Transferências para os serviços e fundos autónomos;
- d) Transferências das participações no Fundo de Apoio Financeiro aos municípios;
- e) Subsídios aos partidos políticos;
- f) Transferências para instituições particulares;
- g) Aquisição de serviços enquadrados no Fundo do Tesouro;
- h) Outras despesas que por lei não estão obrigadas a outros regimes de execução.

## Artigo 6º

## Retenção de montantes nas transferências

As transferências correntes e de capital do Orçamento do Estado para os organismos autónomos, incluindo os institutos públicos, e para as autarquias locais, poderão ser retidas para satisfazer débitos vencidos e exigíveis, constituídos a favor da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e de outros organismos publicos.

## Artigo 7º

## Aquisição de bens de investimentos

1. Durante o ano económico de 1996, as dotações inscritas nas rubricas referentes à aquisição de bens de investimentos, móveis, imóveis e semoventes, só podem ser reforçadas por contrapartida de receitas provenientes da alienação do património público.

2. A aquisição de bens de investimentos será feita sempre por intermédio da Direcção-Geral do Património do Estado, com base nos mapas de necessidades apresentados pelos Ministérios, mediante concurso.

3. Exceptuam-se do disposto no número anterior, as aquisições destinadas aos serviços diplomáticos e consulares de Cabo Verde no exterior, nos termos do regulamento financeiro das embaixadas e serviços consulares.

## CAPÍTULO III

## Consolidação orçamental

## Artigo 8º

## Receitas

1. Em obediência às regras orçamentais da unidade, universalidade e do orçamento bruto e à gestão racional dos recursos financeiros do Estado, o Governo definirá através de decreto-lei de execução orçamental as normas e os procedimentos a adoptar com vista à centralização na conta do Tesouro, sediada no Banco de Cabo Verde, de todas as receitas arrecadadas para o financiamento do Orçamento do Estado.

2. Excluem-se do disposto no número anterior os organismos com autonomia financeira e os institutos públicos.

## Artigo 9º

## Dívida pública

O Governo definirá através de decreto-lei de execução orçamental, normas e procedimentos com vista à consolidação da dívida pública do Sector Público Administrativo e seu acompanhamento.

## Artigo 10º

## Serviços e Fundos Autónomos

Os serviços e fundos autónomos deverão remeter à Direcção-Geral do Orçamento, até ao dia 31 de cada mês, um balancete de execução orçamental correspondente ao mês anterior, discriminando as receitas e as despesas segundo as rubricas da Contabilidade Pública.

## Artigo 11º

## Autarquias locais

Com vista à consolidação orçamental, todos os Municípios deverão remeter à Direcção-Geral do Orçamento balancetes de execução orçamental, discriminando as receitas e as despesas segundo as rubricas da Contabilidade Pública.

## CAPÍTULO IV

## Recursos humanos

## Artigo 12º

## Política de pessoal na Administração Pública

1. Durante o ano de 1996, ficam congeladas, qualquer que seja a forma de constituição da relação jurídica de emprego público, todas as admissões de funcionários ou agentes na Administração Pública, quer se trate de serviços simples, serviços e organismos autónomos, incluindo os institutos públicos.

2. Não se encontram abrangidos pelo disposto no número antecedente, o pessoal com formação técnica de nível médio ou superior, o pessoal técnico de saúde, o pessoal da Polícia Judiciária, o pessoal policial da Polícia da Ordem Pública, os oficiais de justiça, o pessoal dos Registos, Notariado e Identificação, os guardas prisionais, os secretários e tesoureiros de finanças, os auxiliares de verificação e verificadores estagiários do quadro do pessoal técnico aduaneiro, o pessoal docente e o pessoal contratado localmente pelas missões diplomáticas e consulares de Cabo Verde, no quadro de programas de reorganização autorizados por despacho conjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Coordenação Económica.

3. Não se encontram ainda abrangidos pelo disposto no nº 1 deste artigo, o pessoal dirigente ou de chefia operacional, ainda que provido em regime de substituição, desde que a nomeação não implique aumento do número global de cargos dirigentes ou de chefia operacional efectivamente preenchidos.

4. O recrutamento de pessoal que eventualmente se mostre necessário e não contemplado nos nºs 2 e 3 deste artigo, far-se-á mediante recurso aos instrumentos de mobilidade previstos no artigo 2º do Decreto-Lei nº 87/92, de 16 de Julho.

5. Não é permitida a celebração de mais de um contrato de avença por uma mesma pessoa, singular ou colectiva, incluindo os serviços e os fundos autónomos, no âmbito do mesmo departamento governamental.

6. No prazo de 30 dias a contar da data da publicação da presente lei, todos os Ministérios e serviços e fundos autónomos deverão remeter os contratos de avença em vigor ao Ministério da Coordenação Económica.

## Artigo 13º

## Dotação orçamental

1. Para efeito de execução do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 4º, e, em obediência aos critérios de economicidade, de racionalidade e de geração de valor acrescentado, relacionados com os recrutamentos, preenchimento de cargos de chefia e afectação de recursos humanos a novos serviços, os Ministérios interessados deverão apresentar ao Ministro da Coordenação Económica e ao Ministro responsável pela área da administração pública, propostas com os seguintes elementos:

- a) Categoria dos funcionários a recrutar;
- b) Tipo de recrutamento (interno ou externo);

- c) Serviços onde irão ficar afectos;
- d) Nota explicativa, indicando a necessidade de recrutamento;
- e) Referência da lei orgânica e/ou regulamento orgânico que cria os órgãos de chefia, dirigente ou operacional;
- f) Fundamentação legal das promoções e progressões.

2. Os recrutamentos por mobilidade interna dos funcionários da Administração Pública serão efectuados mediante a transferência da dotação orçamental correspondente ao funcionário, do quadro de origem para o novo quadro.

## CAPÍTULO V

### Autarquias Locais

#### Artigo 14º

#### Fundo de Apoio Financeiro

O montante global do Fundo de Apoio Financeiro (FAF) é fixado em 430 milhões de escudos para o ano de 1996.

## CAPÍTULO VI

### Programa de emprego

#### Artigo 15º

#### Contratos-programa

Poderão ser celebrados contratos-programa entre o Governo, representado pelo Ministro da Coordenação Económica e os Municípios e entre aquele Ministério e as Organizações da Sociedade Civil (OSC) para o financiamento de projectos de investimentos geradores de emprego.

#### Artigo 16º

#### Tipo de projectos

Os projectos financiáveis pelos contratos-programa são do seguinte tipo:

- a) Projectos geradores de auto-emprego;
- b) Projectos de alta intensidade de mão-de-obra nos domínios da saúde pública, saneamento básico, auto-construção de habitação, infraestruturas desportivas e desenvolvimento da rede viária e caminhos vicinais;
- c) Outros projectos geradores de emprego ou considerados de interesse social.

#### Artigo 17º

#### Rácio investimento/emprego

1. A avaliação da contribuição dos projectos na geração do emprego será medida pelo rácio investimento/emprego que não deverá ultrapassar o valor-padrão definido no contrato-programa.

2. Nos casos em que o referido rácio for superior ao valor-padrão, o projecto poderá ser financiado desde que o município ou a OSC assegure o co-financiamento da diferença.

#### Artigo 18º

#### Identificação dos projectos

Todos os projectos enquadrados nos contratos-programa devem ser identificados através de colocação de placas nos locais da sua execução, com os seguintes dizeres: «Dono da obra: designação da Câmara Municipal ou da OSC» e «Financiamento: Governo de Cabo Verde».

#### Artigo 19º

#### Prestação de contas

1. A prestação de contas pelas Câmaras Municipais e OSC relativa ao financiamento dos contratos-programas, é trimestral e deverá conter as seguintes informações:

- a) Justificativos das despesas realizadas no âmbito do contrato-programa, organizados por projectos;
- b) Mapa das transferências recebidas;
- c) Saldo disponível em função das transferências recebidas e dos pagamentos efectuados até à data da prestação de contas;
- d) Lista do pessoal empregue em cada projecto;
- e) Avaliação física dos trabalhos executados, por cada projecto, até à data da prestação de contas.

2. Os documentos de prestação de contas deverão ser remetidos à Direcção-Geral do Orçamento que os avaliará e os remeterá, no prazo de 30 dias a contar da data da sua recepção, ao Tribunal de Contas e à Inspeção-Geral das Finanças.

3. Nos casos de atrasos na remessa dos documentos de prestação de contas ou de incumprimento de cláusulas estipuladas nos contratos-programa, o Tesouro suspenderá imediatamente as transferências até à regularização da situação, ficando os contratados faltosos directamente responsáveis pelas consequências.

## CAPÍTULO VII

### Apoios e incentivos

#### Artigo 20º

#### Apoio à cultura

1. É inscrita no Orçamento do Estado para 1996, uma dotação no montante de 20 milhões de escudos destinada ao apoio a actividades culturais, nomeadamente, nos domínios da música, teatro, língua nacional, literatura, festas, tradições, costumes e animação cultural, artesanato, artes plásticas (pintura e escultura) e audiovisual.

2. A verba referida no número antecedente está inscrita no Programa de Investimentos do Plano, no orçamento do Ministério da Educação, Ciência e Cultura com a designação «Apoio à cultura».

Artigo 21º

**Desenvolvimento do turismo**

1. É inscrita no Orçamento do Estado para 1996 uma dotação no montante de 50 milhões de escudos, destinada ao financiamento de actividades de promoção do turismo de habitação e de pequenas unidades hoteleiras nas áreas rurais, promoção de produtos turísticos caboverdianos, concepção de projectos nos domínios da formação profissional, gestão, informação, promoção do turismo rural e execução do programa «Verão 96».

2. A dotação a que se refere o número anterior está inscrita no Programa de Investimentos do Plano, no orçamento do Ministério da Coordenação Económica, com a denominação «Apoio ao desenvolvimento do turismo».

Artigo 22º

**Associativismo juvenil**

1. É inscrita no Orçamento do Estado para 1996 uma dotação no montante de 20 milhões de escudos, destinada ao financiamento de programas de ocupação dos tempos livres, criação de espaços de lazer e de acolhimento dos jovens, acções de intercâmbio no país ou no estrangeiro, animação juvenil e promoção das artes.

2. A dotação a que se refere o número anterior está inscrita no Programa de Investimentos do Plano, no orçamento da Chefia do Governo, com a denominação «Associativismo juvenil».

Artigo 23º

**Organizações da Sociedade Civil (OSC)**

1. É inscrita no Orçamento do Estado para 1996 uma dotação no montante de 50 milhões de escudos, destinada ao financiamento de programas e acções de afirmação e intervenção da mulher na sociedade e de apoio às condições habitacionais das famílias mais carenciadas.

2. A dotação a que se refere o número anterior está inscrita no Programa de Investimentos do Plano, no orçamento do Ministério da Coordenação Económica, a denominação «Apoio às OSC».

Artigo 24º

**Organizações sindicais**

1. É inscrita no Orçamento do Estado para 1996 uma dotação no montante de 10 milhões de escudos, destinada ao financiamento de programas de desenvolvimento institucional e de melhoria da capacitação técnica dos quadros das organizações sindicais.

2. A dotação a que se refere o número anterior está inscrita no Programa de Investimentos do Plano, no orçamento da Chefia do Governo, com a denominação «Apoios e incentivos às organizações sindicais».

Artigo 25º

**Associações de deficientes**

1. É inscrita no Orçamento do Estado para 1996 uma dotação no montante de 3 milhões de escudos, destinada ao apoio às associações de deficientes.

2. A dotação a que se refere o número anterior está inscrita no orçamento do Ministério da Saúde e Promoção Social.

**CAPÍTULO VIII**

**Sistema fiscal**

Artigo 26º

**Cobrança**

1. Fica o Governo autorizado a cobrar as contribuições e impostos constantes dos regulamentos e demais legislação tributária, com as subseqüentes modificações em diplomas complementares em vigor e ainda de acordo com as alterações previstas na presente Lei.

2. O Governo prosseguirá as medidas necessárias ao rigoroso controlo da gestão das receitas e de todos os serviços da administração, incluindo os que se designem por Instituto, Cofre, Gabinete ou Comissão, de modo a garantir o respeito pelas regras da unidade, da universalidade e do orçamento bruto.

3. Para a prossecução dos objectivos definidos no número anterior o Governo aprovará, para entrar em vigor em 1996, o regulamento de cobrança das receitas orçamentais públicas.

Artigo 27º

**Imposto profissional, imposto**

**industrial e imposto complementar**

1. Durante o ano de 1996, com referência aos rendimentos obtidos em 1995, serão liquidados os impostos parcelares respectivos em função do tipo de rendimentos e segundo as taxas em vigor naquele ano.

2. Relativamente aos rendimentos obtidos em 1996 serão tributados em Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), a partir da data da entrada em vigor deste imposto.

3. Os rendimentos tributados em 1996, até à data de entrada em vigor do imposto único, por impostos parcelares, serão contabilisticamente convertidos na classificação orçamental do IUR.

Artigo 28º

**Imposto Único sobre os Rendimentos - Taxas**

1. A taxa do imposto único para os contribuintes do método de estimativa é de 20%.

2. A taxa do imposto único para os contribuintes do método de verificação é de 35%.

3. São tributados por taxa liberatória os seguintes rendimentos e pelas seguintes taxas:

- a) Juros de depósitos a prazo, aplicável a todos os depositantes, com excepção dos depósitos nas contas dos emigrantes: 20%;
- b) Os restantes rendimentos de aplicação de capitais nomeadamente, dividendos, participações em lucros das sociedades, antecipação de lucros e as mais-valias: 15%;
- c) Rendimentos auferidos por não residentes a incidir sobre o valor de facturação: 20%.

4. As taxas referidas no número anterior liberam da obrigação de imposto na declaração, salvo se os titulares de rendimentos optarem pelo englobamento, caso em que a retenção terá a natureza de pagamento por conta do imposto devido a final.

5. As taxas de retenção na fonte, a que se refere o artigo 57º da Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, com referência aos contribuintes do método declarativo, são as seguintes:

a) Trabalhadores por conta de outrem:

Remunerações anuais	Valor	Taxa
Igual ou inferior	150.000\$00	0
Até	300.000\$00	3.5
Até	630.000\$00	9.5
Até	1.260.000\$00	15
Até	1.890.000\$00	21
Superior a	1.890.000\$00	24

b) Trabalhadores independentes e prestações de serviços:

Remunerações-valor p/ recibo	Taxa
Superior a 5.000\$00	10

6. As taxas do método declarativo, cuja primeira liquidação se efectuará no ano de 1997, serão publicadas na Lei do Orçamento para aquele ano.

#### Artigo 29º

#### Tabela dos mínimos para profissões liberais

A tabela dos mínimos a ser aplicada na determinação dos rendimentos dos profissionais liberais passa a ser a seguinte:

#### 1 - Agrónomos, analistas e técnicos similares

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
1.1 - Engenheiros agrónomos ...	540.000\$00	15
1.2 - Analistas.....	540.000\$0	15

1.3 - Silvicultores ou engenheiros-técnicos agrários ..... 540.000\$00 15

#### 2 - Arquitectos, engenheiros e técnicos similares

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
2.1 - Arquitectos e urbanistas ..	640.000\$00	20
2.2 - Engenheiros e engenheiros-técnicos .....	640.000\$00	20
2.3 - Desenhadores, topógrafos e construtores civis .....	500.000\$00	15

#### 3 - Artistas plásticos, actores, compositores, intérpretes musicais, jornalistas e intérpretes

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
3.1 - Pintores, escultores, decoradores e outros.....	500.000\$00	15
3.2 - Cantores, músicos, artistas de televisão.....	400.000\$00	15
3.3 - Jornalistas e repórteres ....	400.000\$00	15

#### 4 - Economistas, contabilistas e outros

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
4.1 - Economistas e consultores fiscais .....	600.000\$00	20
4.2 - Contabilistas, guarda-livros .....	500.000\$00	15

#### 5 - Enfermeiros, parteiras e outros técnicos

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
5.1 - Enfermeiros, fisioterapeutas, massagistas .....	500.000\$00	15
5.2 - Parteiras, dietistas e outros .....	400.000\$00	15

#### 6 - Juristas

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
6.1 - Advogados .....	600.000\$00	20
6.2 - Consultores jurídicos ou fiscais .....	600.000\$00	20
6.3 - Solicitadores .....	500.000\$00	15

#### 7 - Médicos, psicólogos e sociólogos

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
7.1 - Médicos de clínica geral ou dentista .....	600.000\$00	20

7.2 - Médicos de especialidade . 700.000\$00 20

7.3 - Médicos veteranários ..... 500.000\$00 15

7.4 - Psicólogos e sociólogos ..... 450.000\$00 15

### 8 - Explicadores

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
8.1 - Explicadores de ensino .....	400.000\$00	15

8.2 - Mestre de desporto ou oficiais .....	400.000\$00	15
--	-------------	----

### 9 - Outras profissões liberais

Profissões	Remunerações mínimas	% para despesas
9.1 - Despachante oficial .....	700.000\$00	20
9.2 - Comissionistas .....	700.000\$00	20
9.3 - Administradores de bens .	400.000\$00	15
9.4 - Procuradores .....	400.000\$00	15
9.5 - Dactilógrafos, operadores de informática .....	300.000\$00	10
9.6 - Outros com curso superior e técnico.....	400.000\$00	15

#### Artigo 30º

#### Quociente conjugal

Nos casos de contribuintes casados em que ambos auferiram rendimentos do trabalho, as taxas aplicáveis são as correspondentes ao do rendimento global dividido por dois e, ao resultado assim obtido, multiplicado por dois, para se apurar a colecta.

#### Artigo 31º

#### Rendimentos de trabalho dependente — deduções e abatimentos

São aditados ao número 1.2 do artigo 16º do Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos, as alíneas abaixo indicadas com a seguinte redacção:

- h) 50% do valor dos recibos de despesas com a saúde do sujeito passivo, dos dependentes e ascendentes, pagas e não reembolsadas, com um máximo de 100.000\$00;
- i) O valor de 50.000\$00, de dois em dois anos, nas aquisições de equipamento informático para uso pessoal;
- j) Os juros de dívida relativos a empréstimos para pagamento de despesas com a saúde do agregado familiar, com um máximo de 100.000\$00.

#### Artigo 32º

#### Início de actividade — empresas

Relativamente às empresas fiscalmente definidas nos termos do imposto único sobre os rendimentos, a fixação pelo método de estimativa a efectuar no início de actividade, servirá de base à liquidação provisória a ser paga no mês de Janeiro do ano seguinte.

#### Artigo 33º

#### Benefícios fiscais

1. O Governo estabelecerá sistemas de incentivos, por via de isenções, deduções, reduções de taxas até 25% do resultado fiscal, nos seguintes domínios:

- a) Criação de micro-empresas;
- b) Actividades ligadas ao desenvolvimento do mercado étnico;
- c) Constituição de empresas de pesca com nacionais dos países com os quais Cabo Verde tem acordos, nas áreas da captura, transformação e comercialização de pescado;
- d) Produção de materiais de construção civil a partir de matéria-prima local e produtos cerâmicos;
- e) Instalação de indústrias de engarrafamento de águas minerais e de mesa;
- f) Modernização da frota de cabotagem;
- g) Empresas e actividades utilizadoras de energias renováveis e de desenvolvimento de novas tecnologias;
- h) Pequenas e médias empresas que gerem novos postos de trabalho, particularmente para jovens à procura do primeiro emprego;
- i) Constituição de empresas privadas nas áreas do ensino e formação profissional;
- j) Construção de clínicas, instalação de consultórios médicos privados, serviços de urgência e de enfermagem nas zonas turísticas;
- k) Empresas de promoção de produtos turísticos caboverdianos;
- l) Empresas que se dedicam ao turismo de habitação e pequenas unidades hoteleiras nas áreas rurais;
- m) Empresas na área de formação profissional no domínio do turismo;
- o) Investimentos na comercialização interna do pescado;
- p) Mecenato desportivo e cultural;
- q) Importação de equipamentos musicais;
- r) Empresas na área da indústria da cultura, nomeadamente, literatura, música, teatro, artesanato, artes plásticas e audiovisual.

2. No exercício de 1996 as empresas fiscalmente definidas no regulamento do imposto industrial que, na importação de mercadorias ou matérias primas fizerem preferência pela modalidade FOB, beneficiarão das seguintes deduções no resultado fiscal:

- a) Importação FOB no intervalo entre 20 a 30% das importações totais realizadas em 1996..... 10%;
- b) Importação FOB superior a 30% e até 40% das importações totais realizadas em 1996.... 15%;
- c) Importação FOB superior a 40% das importações totais realizadas em 1996..... 25%.

3. O valor referido no número anterior será levado à declaração 1B, a que se refere o artigo 59º do regulamento do IUR, para efeitos de abatimento ao apuramento do resultado fiscal.

4. Os benefícios fiscais a conceder no nº 1 deste artigo serão sempre sujeitos a reconhecimento pelo Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar.

#### Artigo 34º

##### Incentivos à organização contabilística

Durante o ano de 1996 e nos dois seguintes, os contribuintes que passem a apresentar a sua escrita de conformidade com o Plano Nacional de Contabilidade, beneficiarão de uma dedução ao resultado fiscal no montante de 75% do valor das despesas tidas com a organização e escrituração contabilística, desde que as referidas despesas sejam razoáveis.

#### Artigo 35º

##### Incentivos à constituição de novas empresas

1. Durante o ano de 1996 e a partir da data da publicação da presente Lei, ficam isentas de imposto de selo, emolumentos notariais, encargos com registos em Conservatórias ou outros equiparados, a constituição de novas empresas ou aumentos de capital societário em empresas já em actividade.

2. Excluem-se do disposto no número anterior, as empresas cujo objecto é o desenvolvimento de actividades comerciais, salvo aquelas cujo objecto seja unicamente a exportação ou a reexportação.

#### Artigo 36º

##### Revisão das taxas de amortizações e reintegrações e provisões

O Governo, durante o ano de 1996, procederá à revisão das taxas de amortizações e reintegrações do imobilizado, bem como das taxas de provisões.

#### Artigo 37º

##### Desconto no pagamento por autoliquidação

1. O pagamento do IUR efectuado através de autoliquidação, nos termos do nº 2 do artigo 70º do Regulamento do IUR, durante o ano de 1996, beneficiará de desconto igual à taxa de redesconto praticada pelo Banco de Cabo Verde.

2. A taxa de redesconto referida no número anterior reportar-se-á à data de pagamento da autoliquidação.

#### Artigo 38º

##### Tributação da actividade informal

1. No âmbito da tributação em sede do IUR, o Governo reforçará as medidas de fiscalização de forma a tributar as actividades económicas informais, tendo em vista a melhoria da justiça fiscal e social e a defesa das regras de sã concorrência comercial.

2. As acções a empreender deverão ser efectuadas conjuntamente com as Câmaras Municipais e as entidades licenciadoras deste tipo de actividade, que condicionarão a renovação das licenças, à prova de pagamento do imposto devido no ano anterior.

3. Durante o ano de 1996 o Governo aprovará o regulamento de tributação dos rendimentos da actividade económica informal, de acordo com o estabelecido no nº 2 do artigo 21º do regulamento do IUR, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/96 de 15 de Janeiro.

#### Artigo 39º

##### Imposto sobre produtos petrolíferos

O nº 3 do artigo 11º da Lei nº 61/IV/92 de 30 de Dezembro que criou o imposto sobre produtos petrolíferos, passa a ter a seguinte redacção:

«A taxa aplicável é de 10\$00 por litro de gasolina e de 5\$00 por litro de gasóleo.»

#### Artigo 40º

##### Contribuição predial autárquica

Durante o ano de 1996 não se procederão a quaisquer liquidações, quando:

- a) Nas liquidações de contribuição predial urbana a colecta for igual ou inferior a 200\$00;
- b) Nas liquidações de contribuição predial rústica a colecta for igual ou inferior a 5.000\$00.

#### Artigo 41º

##### Imposto municipal de sisa

Durante o ano de 1996 e a partir da data de publicação da presente Lei, ficam isentas de imposto municipal de sisa, todas as transmissões onerosas de terrenos para construção e imóveis destinados a habitação permanente dos adquirentes ou instalação de empresas, que não tenham ainda beneficiado dessa isenção.

#### Artigo 42º

##### Taxas dos direitos de importação e imposto de consumo — isenções

1. São alteradas, como segue, as taxas dos direitos de importação para terceiros países e as taxas do imposto de consumo:

Nomenclatura	Designação	Direitos	Imp. Consumo
02.02.00.00	Frangos-refrigerados ou congelados	50%	
04.02.60.00	Leite adicionado de açúcar	15%	10%
09.01.80.00	Café torrado (mesmo moído)	25%	
09.01.90.00	Sucedâneos de café	25%	
10.05.00.02	Milho para pipocas ( <i>pop corn</i> )	20%	10%
16.01.20.00	Enchidos de fígado, excepto aliment. p/ crianç.	20%	10%
16.01.90.00	Enchidos n/ especificados, exc. alim. p/ crianç.	20%	10%
16.02.10.00	Presuntos	20%	10%
16.02.20.00	Carne picada ou salgada, enlatada	20%	10%
16.02.40.00	Fígado preparado ou conservado	20%	10%
16.02.90.00	Preparados e conservados de carne n/ especif.	20%	10%
16.04.20.00	Sardinhas em conserva	20%	10%
16.04.30.00	Sardinhas em conserva	20%	10%
16.04.60.00	Salmões	20%	
16.04.90.00	Não especificados	30%	
17.04.10.00	Goma elástica	30%	
17.04.90.00	Confeitarias s/ cacau, n/ especificada	40%	
17.04.10.50	Confeitarias c/ cacau	50%	
19.03.90.00	Massas alimentícias	25%	
20.07.10.00	Sumos de laranja simples	30%	
20.07.15.00	Sumos de laranja concentrado	30%	
20.07.20.00	Sumos de toranja simples	30%	
20.07.30.00	Sumos de toranja concentrado	30%	
20.07.40.00	Sumos de citrinos simples	30%	
20.07.50.00	Sumos de citrinos concentrado	30%	
20.07.60.00	Sumos de ananás ou abacaxi	30%	
20.07.70.00	Sumos de tomate	30%	
20.07.80.00	Sumos não especificados	30%	
20.07.90.00	Mistura de sumos	30%	
21.07.20.00	Extractos p/ preparação de bebidas n/ alcoólic.	30%	10%
21.07.30.00	Aromas e pós p/ preparação de bebidas	30%	10%
22.02.10.00	Limonadas	30%	
22.02.20.00	Águas gasosas, aromatizadas	30%	
22.02.30.00	Bebidas açucaradas	30%	
22.02.40.00	Bebidas à base de leite ou de chocolate	30%	
22.02.50.00	Bebidas à base de extractos de malte	30%	
22.02.90.00	Bebidas não especificadas	30%	
25.23.30.00	Cimento Portland	5%	10%
25.23.40.00	Cimento fundido de escórias	10%	
25.23.90.00	Cimento não especificado	5%	10%
27.10.15.00	Gasolina normal	20%	
27.10.17.00	Gasolina super	20%	
27.10.19.00	Gasolina super "five star"	20%	
27.10.25.00	Carburante do tipo gasolina	20%	
34.02.20.00	Detergentes em pó	30%	
34.02.30.00	Detergentes líquidos	30%	
73.14.00.00	Fios e cabos com exclusão de fios eléctricos	25%	
85.19.48.00	Corta-circuitos e tomadas	20%	10%
85.19.80.00	Artefactos n/ especific. p/ circuitos $\geq 1$ KVA		10%
85.19.90.00	Artefactos eléctricos não especificados		10%
87.02.01.00	Automóveis p/ transporte de pessoas 4x4	30%	
87.02.50.00	Automóveis de carga $\leq 3$ ton.	20%	
87.06.00.00	Partes e peças não especificadas	30%	10%
94.03.30.00	Móveis de metal não estofados	40%	
94.03.40.00	Móveis de metal estofados	40%	
94.03.70.00	Móveis não especificados não estofados	40%	
94.03.80.00	Móveis não especificados estofados	40%	

2. São isentos de imposto de consumo, o cimento das posições pautais 25.23.30.00, 25.23.40.00 e 25.23.90.00 quando despachado exclusivamente para consumo nas ilhas do Maio, Fogo, Brava, Santo Antão, S. Nicolau, Sal e Boa Vista.

3. Durante o ano de 1996 são reduzidos em 25% os direitos de importação e imposto de consumo na importação de partes, peças separadas e acessórios destinados aos transportes colectivos de passageiros e que constam da sub-posição 87.02.40 da pauta aduaneira em vigor.

4. Fica isento de direitos e emolumentos gerais aduaneiros, até 1.000.000 litros/ano, durante o ano de 1996, o gasóleo para exclusiva utilização nos transportes colectivos de passageiros da sub-posição 87.02.40.

5. Os benefícios estabelecidos nos nºs 3 e 4 deste artigo só se aplicam às empresas de transporte colectivo urbano, com contabilidade devidamente montada e reconhecidas pelo Ministro da Coordenação Económica como de utilidade pública, depois de declaração das Câmaras Municipais competentes, em como assegurando carreiras regulares para a globalidade da área urbana em que operam.

#### Artigo 43º

##### Isenções para a renovação de frota de táxis

1. Durante o ano de 1996, é isenta de direitos e imposto de consumo, a importação de veículos automóveis ligeiros de passageiros, destinados exclusivamente à exploração no serviço de táxis.

2. A isenção a que se refere o número anterior aplica-se apenas à importação de veículos que se destinam à substituição dos actualmente existentes e que se encontram afectos à exploração do serviço de táxis.

3. No caso de importação de automóveis usados, a isenção a que se refere o nº 1 deste artigo será concedida, ouvido o parecer da Direcção-Geral dos Transportes Rodoviários, sobre o estado técnico dos mesmos, devendo preencher cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Ter cilindrada mínima de 2.000cc;
- b) Ter distância mínima entre eixos não inferior a 2,7 metros;
- c) Ter idade não superior a 5 anos.

#### Artigo 44º

##### Importação sem dispêndio cambial

1. O Governo procederá à revisão da regulamentação sobre a importação de veículos automóveis sem dispêndio cambial constante do Decreto-Lei nº 140/83 de 31 de Dezembro, tendo em vista evitar e combater o comércio ilegal de veículos.

2. Fica sujeito a uma sobretaxa de 35% *ad-valorem*, a importação, sem dispêndio de cambiais, de qualquer mercadoria, com excepção de:

- a) Importações efectuadas no âmbito do estatuto de empresa franca e do de investimento externo;
- b) Donativos, nos termos do artigo 1º da Lei nº 106/IV/94, de 5 de Setembro;
- c) Separados de bagagem, sem carácter comercial;
- d) Remessas familiares, sem carácter comercial;
- e) Bens de não residentes que regressam definitivamente ao país;
- f) Mercadorias importadas no âmbito dos projectos de desenvolvimento;
- g) Mercadorias importadas por instituições de carácter religioso, social, cultural e desportivo, devidamente reconhecidas;
- h) Veículos automóveis importados por cabo-verdianos não residentes.

#### Artigo 45º

##### Registo internacional de embarcações

O artigo 16º da Lei nº 98/III/90, de 28 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

“1. Os rendimentos originados pela actividade dos navios registados no Capeverdian International Register (CVR) ficam sujeitos a imposto anual fixado em função da tonelagem de arqueação bruta, no montante de 12\$00 a 40\$00 por tonelada, bem como a bonificações ou agravamentos em função da idade dos navios, do número de navios registados, e da utilização ou não de tripulantes de nacionalidade cabo-verdiana.

2. As empresas que exerçam as actividades com navios registados no CVR ficam sujeitas a uma taxa única de instalação, de 12\$00 a 36\$00 por tonelada líquida mais 40.000\$00, tendo em conta os critérios fixados no número anterior.

3. A actividade de importação e exportação de navios para registo em CVR é isenta de direitos.

4. Os rendimentos de trabalho dos tripulantes dos navios registados no CVR são isentos de Imposto Único sobre os Rendimentos, IUR.”

#### Artigo 46º

##### Número de Identificação Fiscal (NIF)

O Governo procederá à revisão do Decreto-Lei nº 34/92 de 16 de Abril de forma a alterar a composição e o modo de atribuição do NIF.

#### Artigo 47º

##### Declarações

As declarações e qualquer outro documento necessário ao cumprimento de obrigações fiscais, emitidos por serviços e organismos públicos, são grátis e isentos de quaisquer taxas.

## CAPÍTULO IX

## Artigo 48º

## Alteração ao Decreto-Lei nº 115/90

É alterado o artigo 7º do Decreto-Lei nº 115/90 de 8 de Dezembro, que passa a ter a seguinte redacção:

“1. A participação nos lucros das empresas públicas será paga por meio de cheque cruzado emitido a favor da Direcção-Geral do Tesouro para depósito na conta corrente do Tesouro sediada no Banco de Cabo Verde, acompanhada de uma nota de entrega.

2. A participação a que se refere o número anterior, é entregue no prazo de 30 dias a contar da data da aprovação das contas, nos termos estipulados no despacho do Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar.

3. A Direcção-Geral do Tesouro cobrará juros de mora à taxa praticada pelas instituições bancárias, por cada dia de atraso registado no pagamento dos dividendos, em relação à data fixada no número anterior, através de notas de débito emitidas à empresa devedora.

4. No caso de atraso na apresentação das contas para aprovação em relação ao prazo legal estabelecido, o Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar, fixará a data e o montante a ser transferido para o Tesouro como antecipação de pagamento.

5. O montante adiantado será regularizado aquando da aprovação da conta.

6. Em caso de recusa reiterada de transferência para o Tesouro do montante das dívidas resultantes do incumprimento do disposto nos nºs 2, 3 e 4, é facultada ao Ministro da Coordenação Económica, ouvido o Ministro de tutela, a possibilidade de ordenar a referida transferência às instituições bancárias onde a empresa pública possui conta bancária.”

## CAPÍTULO X

## Operações activas, regularizações e garantias do Estado

## Artigo 49º

## Operações activas

1. Fica o Governo autorizado através do Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar, a conceder empréstimos de retrocessão resultantes da cooperação financeira bilateral e a realizar outras operações de crédito activas e a renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores.

2. Os empréstimos de retrocessão serão concedidos mediante contrato celebrado entre a Direcção-Geral do Tesouro e a entidade beneficiária.

3. A amortização dos empréstimos será garantida pelo beneficiário, através de uma instituição bancária, que assegurará o pagamento directamente ao Tesouro, nos termos e nas condições estabelecidos nos contratos.

4. Fica o Governo autorizado através do Ministro da Coordenação Económica, a adoptar as seguintes medidas gradativas com vista a incentivar a cobrança das dívidas resultantes dos empréstimos de retrocessão concedidos às entidades públicas e privadas:

- a) Renegociar as condições contratuais dos empréstimos concedidos passando-os às instituições de crédito interessadas na sua cobrança, mediante contrapartida a negociar com essas instituições;
- b) Suspender a autorização de importação às empresas em dívida;
- c) Utilizar os instrumentos de penhora nos termos da legislação fiscal;
- d) Vender os empréstimos concedidos às instituições financeiras e aos Correios de Cabo Verde, SARL, pelo valor que vier a ser acordado.

## Artigo 50º

## Aquisição de activos e assunção de passivos

1. Fica o Governo autorizado, através do Ministro da Coordenação Económica, a adquirir créditos, bem como a assumir passivos do Sector Empresarial do Estado, objecto de reestruturação e saneamento.

2. Os resultados extraordinários das empresas do sector empresarial do Estado provenientes da assunção de passivos pelo Governo no âmbito de programas de reestruturação e saneamento ficam isentos de Imposto Único Sobre os Rendimentos.

## Artigo 51º

## Regularizações

1. Fica o Governo autorizado, através do Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar, a regularizar responsabilidades decorrentes de situações do passado junto das empresas públicas, mistas e privadas e pessoa colectiva de utilidade pública administrativa.

2. As regularizações referidas no nº 1 serão efectuadas essencialmente através da utilização da emissão de títulos da dívida pública.

## Artigo 52º

## Garantias do Estado

1. O limite para a concessão de avales e outras garantias do Estado é fixado, em termos de fluxos líquidos anuais, em 300.000 contos para operações financeiras internas e externas.

2. Não contam para os limites fixados no número anterior a concessão de garantia a operações a celebrar no âmbito de processos de renegociação de dívida avaliada.

3. A prestação do aval do Estado relativo a operações financeiras de montante superior a 15.000 contos carece de autorização do Conselho de Ministros que deliberará mediante proposta do Ministro da Coordenação Económica.

4. Ao regime referido no número anterior ficam sujeitos todos os pedidos de aval do Estado que, a serem concedidos, façam subir para quantia superior a 15.000 contos o valor em dívida dos empréstimos, cobertos por tal garantia, contraídos pelo mesmo beneficiário.

5. A prestação de aval do Estado relativo a operações financeiras internas e externas não abrangidas pelo nº 3 carece apenas de autorização do Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar.

6. O Governo aprovará, para entrar em vigor em 1996, o regime jurídico do aval do Estado.

## CAPÍTULO XI

### Necessidades de financiamento

#### Artigo 53º

#### Financiamento do Orçamento do Estado

1. Para fazer face às necessidades de financiamento decorrentes da execução do Orçamento do Estado, fica o Governo autorizado a aumentar o endividamento líquido interno até um máximo de 1.603 milhões de escudos.

2. Fica o Governo autorizado a aumentar o endividamento externo, através das utilizações que ocorram em 1996 de empréstimos contratados no corrente ano ou em anos anteriores.

#### Artigo 54º

#### Títulos do Tesouro

O limite máximo dos títulos do Tesouro a emitir é fixado em 2.100 milhões de escudos.

#### Artigo 55º

#### Dívida pública

1. Fica o Governo autorizado, através do Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar, a adoptar as seguintes medidas, quando necessário e tendo em vista uma eficiente gestão da dívida pública:

- a) Proceder à substituição entre a emissão das modalidades de empréstimos internos;
- b) Proceder à substituição de empréstimos existentes;
- c) Reforçar as dotações orçamentais para amortização da dívida pública interna e externa;
- d) Decidir o pagamento antecipado, total ou parcial, de empréstimos já contratados;
- e) Contratar novas operações destinadas a fazer face ao pagamento antecipado ou à transferência das responsabilidades associadas a empréstimos anteriores;
- f) Contratar junto das instituições bancárias taxas de juro *forward* para o pagamento da dívida externa e realização de outras transferências externas, no âmbito do sistema de programação e transferências permanentes.

2. No prazo de 30 dias a contar da data da publicação da presente lei, os organismos do Sector Público Administrativo, incluindo as autarquias, deverão co-

municar ao Ministério da Coordenação Económica, através da Direcção-Geral do Tesouro, a posição actualizada e discriminada das dívidas existentes junto das instituições bancárias e de fornecedores locais.

3. É facultada ao Ministro da Coordenação Económica, que terá a faculdade de delegar, a possibilidade de junto das instituições de crédito e dos fornecedores, obter directamente as informações referidas no número antecedente.

5. Fica o Governo autorizado a criar durante o ano de 1996, um fundo para a regularização da dívida pública interna que será alimentado pelas receitas de privatização das empresas públicas, venda das participações do Estado e donativos concedidos expressamente para esse fim.

## CAPÍTULO XII

#### Artigo 56º

#### Fiscalização preventiva do Tribunal de Contas

Nos termos do nº 2 do artigo 13º da Lei nº 84/IV/93 de 12 de Julho, é fixado em 4 milhões de escudos o montante a partir do qual os contratos de empreitadas de obras públicas e de fornecimento de bens, celebrados pelas autarquias locais e associações de municípios, devem ser remetidas ao Tribunal de Contas para efeitos de fiscalização preventiva.

#### Artigo 57º

#### Regulamentação

1. O Governo regulamentará por decreto-regulamentar o disposto nos artigos 20º, 21º, 22º, 23º, 24º e 25º desta Lei.

2. As dotações inscritas para o financiamento dos incentivos e apoios previstos neste capítulo, só serão utilizadas após a regulamentação a que se refere o número anterior.

#### Artigo 58º

#### Produção de efeitos

As alterações de taxas fiscais constantes dos artigos 28º, 29º, 31º, 33º, 34º, 35º, 37º, 39º, 40º, 41º, 42º, 43º, 44º, 45º e 47º, só produzem efeitos a partir da data da publicação da presente lei.

#### Artigo 59º

#### Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor a 1 de Janeiro de 1996.

Aprovada em 26 Maio de 1996.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca*.

Promulgada em 5 de Junho de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, **ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO**.

Assinada em 11 de Junho de 1996.

O Presidente da Assembleia Nacional, *António do Espírito Santo Fonseca*.

## ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1996

## MAPA I

## RESUMO DAS RECEITAS DO ESTADO POR CAPITULOS

CAPITULOS	RECEITAS CORRENTES	IMPORTANCIA	%
CAPITULO 01	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	2,260,000	10.88
CAPITULO 02	IMPOSTOS SOBRE A DESPESA	4,294,950	20.67
CAPITULO 03	IMPOSTOS MUNICIPAIS	96,600	0.46
CAPITULO 04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	253,050	1.22
CAPITULO 05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1,290,782	6.21
CAPITULO 06	TRANSFERENCIAS	443,930	2.14
CAPITULO 07	VENDA DE BENS E SERVICOS CORRENTES	201,090	0.97
CAPITULO 08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	400	0.00
	<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8,840,802</b>	<b>42.55</b>
	<b>SOMA REC COR S/ IMPOSTOS MUNICIPAIS</b>	<b>8,744,202</b>	<b>42.09</b>
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		
CAPITULO 09	VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	1,573,000	7.57
CAPITULO 10	TRANSFERENCIAS	6,098,244	29.35
CAPITULO 11	ACTIVOS FINANCEIROS	133,157	0.64
CAPITULO 12	PASSIVOS FINANCEIROS	3,869,188	18.62
CAPITULO 13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500	0.002
	<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>11,674,089</b>	<b>56.19</b>
CAPITULO 14	REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	9,000	0.04
CAPITULO 15	CONTAS DE ORDEM	252,902	1.22
	<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>20,776,793</b>	<b>100</b>
	<b>TOTAL DAS REC. S/IMP.MUN.</b>	<b>20,680,193</b>	

## ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1996

## M A P A I - RECEITAS DO ESTADO

Classif- cação Económica	Designação	IMPORTANCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por Grupos	Por Capítulos
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
	<b>Cap. 01 - IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO</b>			
01.01.01	IMPOSTO UNICO SOBRE RENDIMENTOS - PESSOAS SINGULARES	960,000		
01.01.02	IMPOSTO UNICO SOBRE RENDIMENTOS - PESSOAS COLECTIVAS	1,100,000		
01.01.03	IMPOSTO PROFISSIONAL	50,000		
01.01.04	IMPOSTO COMPLEMENTAR	50,000		
01.01.05	IMPOSTO INDUSTRIAL	100,000	2,260,000	
	<b>SOMA DO CAPITULO 01:.....</b>			<b><u>2,260,000</u></b>
	<b>CAP. 02 - IMPOSTOS SOBRE A DESPESA</b>			
	<b>01 - TRANSACCOES INTERNACIONAIS</b>			
02.01.01	DIREITOS DE IMPORTACAO	1,755,272		
02.01.02	IMPOSTO DE TONELAGEM	8,827		
02.01.03	EMOLUMENTOS GERAIS ADUANEIROS	943,965	2,708,064	
	<b>02- IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO</b>			
02.02.01	IMPOSTO DE CONSUMO	1,030,886		
02.02.02	IMPOSTO DE PRODUTOS PETROLIFEROS	100,000		
02.02.03	IMPOSTO DE CONSUMO BEBIDAS ALCOOLICAS E TABACO	80,000	1,210,886	
	<b>03- IMPOSTO DE SELO</b>			
02.03.01	ESTAMPILHAS FISCAIS	55,000		
02.03.02	LETRAS SELADAS	500		
02.03.03	SELO DE VERBA	278,000		
02.03.04	SELO DE CHEQUES	600		
02.03.05	SELOS DIVERSOS	6,000	340,100	
	<b>04- OUTROS IMPOSTOS SOBRE A DESPESA</b>			
02.04.01	TAXA ESPECIAL DE ARMAZENAGEM DE COMBUSTIVEIS	23,000		
02.04.02	SERVICOS DE IMPORTACAO EXPORTACAO	11,000		
02.04.03	TAXAS DE EXPLORACAO-LOJAS FRANCAS	1,900	35,900	
	<b>SOMA DO CAPITULO 02:.....</b>			<b><u>4,294,950</u></b>
	<b>CAP. 03 - IMPOSTOS MUNICIPAIS</b>			
03.01.01	CONTRIBUICAO PREDIAL AUTARQUICA	70,000		
03.01.02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE O PATRIMONIO	5,500		
03.01.03	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	100		
03.01.04	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE OS VEICULOS	18,000		
03.01.05	IMPOSTO DE TURISMO	3,000	96,600	
	<b>SOMA DO CAPITULO 03:.....</b>			<b><u>96,600</u></b>

Classificação Económica	Designação	IMPORTANCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por Grupos	Por Capítulos
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
	<b>CAP. 04 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>			
	<b>01 - TAXAS DE SERVIÇOS</b>			
04.01.01	SERVICO DE PASSAPORTES	30,000		
04.01.02	SERVICOS AGRICOLAS E PECUARIOS	200		
04.01.03	SERVICOS DE SANIDADE	50		
04.01.04	SERVICOS POLICIAIS	500		
04.01.05	SERVICOS DE VIACAO	22,000		
04.01.06	SERVICOS JUDICIAIS E DE REGISTO (Imposto de justiça)	4,000		
04.01.07	SERVICOS DE COMERCIO	18,000		
04.01.08	TAXAS DIVERSAS	30,000	104,750	
	<b>02- EMOLUMENTOS E CUSTAS</b>			
04.02.01	EMOLUMENTOS DE SECRETARIA	2,500		
04.02.02	EMOLUMENTOS DE PORTOS E CAPITANIAS	9,000		
04.02.03	EMOLUMENTOS JUDICIAIS	3,700		
04.02.04	EMOLUMENTOS DOS REGISTOS	22,000		
04.02.05	EMOLUMENTOS COBRADOS PELOS TRIBUNAIS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, DE CONTEN. FISCAL E ADUANEIRO	3,000		
04.02.06	CUSTAS COBRADAS NOS TRIBUNAIS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS, DE CONTENCIOSO FISCAL E ADUANEIRO	11,000		
04.02.07	OUTROS EMOLUMENTOS E CUSTAS	5,000	56,200	
	<b>03- MULTAS E OUTRAS PENALIDADES</b>			
04.03.01	JUROS DE MORA	12,000		
04.03.02	TAXA DE RELAXE	5,000		
04.03.03	MULTAS POR INFRACCOES FISCAIS	8,100		
04.03.04	MULTAS POR INFRACCAO AO CODIGO DA ESTRADA	17,000		
04.03.05	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	50,000	92,100	
	<b>SOMA DO CAPITULO 04:.....</b>			<b>253,050</b>
	<b>CAP. 05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES</b>			
05.01.01	PARTICIPACAO NOS LUCROS DAS EMPRESAS PUBLICAS	1,089,396		
05.01.02	JUROS DO SECTOR PUBLICO E PRIVADO	138,386		
05.01.03	SERVICOS AEROPORTUARIOS E PORTUARIOS	60,000		
05.01.04	SERVICOS GERAIS	3,000		
05.01.05	OUTROS RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES		1,290,782	
	<b>SOMA DO CAPITULO 05:.....</b>			<b>1,290,782</b>
	<b>CAP. 06 - TRANSFERENCIAS</b>			
	<b>01 - TRANSFERENCIAS DO SECTOR PUBLICO</b>			
06.01.01	SECTOR PUBLICO			
	<b>02- AMORTIZACOES PARA A PREVIDENCIA</b>			
06.02.01	TAXA SOCIAL UNICA	240,000		
06.02.02	CAXA DE APOSENTACOES E PENSOES	80		
06.02.03	MONTEPIO DOS SERVIDORES DO ESTADO	500		
06.02.04	OUTRAS AMORTIZACOES	750	241,330	
	<b>03- TRANSFERENCIAS-EXTERIOR</b>			
06.03.01	SERVICOS CONSULARES	90,000		
06.03.02	COOPERACAO INTERNACIONAL	100,000		
06.03.03	TRANSFERENCIAS DIVERSAS		190,000	
	<b>04- TRANSFERENCIAS- OUTROS SECTORES</b>			
06.04.01	TOTOLOTO NACIONAL	11,000		
06.04.02	CAXA ECONOMICA DE CABO VERDE	100		
06.04.03	COFRE DE JUIZO DAS CONTRIBUICOES E IMPOSTOS	1,000		
06.04.04	OUTRAS TRANSFERENCIAS	500	12,600	
	<b>SOMA DO CAPITULO 06:.....</b>			<b>443,930</b>

Classificação Económica	Designação	IMPORTANCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por Grupos	Por Capítulos
	<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
	<b>CAP. 07 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES</b>			
	<b>01 - VENDA DE BENS DURADOUROS</b>			
07.01.01	VENDAS DO PATRIMONIO DO ESTADO	10,000		
07.01.02	OUTROS SECTORES		10,000	
	<b>02 - VENDA DE BENS NAO DURADOUROS</b>			
07.02.01	IMPRESSOS DE IMPRENSA NACIONAL	1,000		
07.02.02	IMPRESSOS DE OUTROS SERVICOS	17,000		
07.02.03	OUTROS IMPRESSOS	400	18,400	
	<b>03 - RENDAS</b>			
07.03.01	RENDAS DE HABITACAO DO ESTADO	5,780		
07.03.02	RENDAS DE EDIFICIOS-SERVICOS GERAIS			
07.03.03	RENDAS DE BENS DURADOUROS-SERVICO DE ALUGUER DE MAQUINAS E OUTROS			
07.03.04	RENDAS-SERVICOS DIVERSOS		5,780	
	<b>04 - EMOLUMENTOS PESSOAIS</b>			
07.04.01	SERVICOS ADUANEIROS E DA GUARDA FISCAL	75,000		
07.04.02	SERVICOS PORTUARIOS	12,000		
07.04.03	SERVICOS DE IMPRENSA NACIONAL	2,000		
07.04.04	SERVICOS DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA (emolumentos de avaliacao, etc)	12,000		
07.04.05	SERVICO DA POLICIA DE FRONTEIRAS	2,000		
07.04.06	SERVICO DA POLICIA DE ORDEM PUBLICA	100		
07.04.07	SERVICOS AGRICOLAS E PECUARIOS	200		
07.04.08	SERVICOS DIVERSOS	700	104,000	
	<b>05 - VISTORIAS</b>			
07.05.01	SERVICOS MARITIMOS	100		
07.05.02	SERVICOS DIVERSOS	200	300	
	<b>06 - DIVERSOS SERVICOS E BENS NAO DURADOUROS</b>			
07.06.01	SERVICO DE FARMACIAS	2,000		
07.06.02	SERVICOS MEDICO-HOSPITALARES	40,000		
07.06.03	SERVICO DAS OFICINAS DO ESTADO	210		
07.06.04	SERVICO DA IMPRENSA NACIONAL	15,000		
07.06.05	SERVICO DOS RECURSOS AGROFLORESTAIS	2,000		
07.06.06	SERVICOS ADUANEIROS-ARMAZENAGEM	200		
07.06.07	SERVICOS DE AGUAS	200		
07.06.08	SERVICOS DIVERSOS	3,000	62,610	
	<b>SOMA DO CAPITULO 07.....</b>			<b>201,090</b>
	<b>CAP. 08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>			
08.01.01	EXCESSO DE VENCIMENTOS	200		
08.01.02	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	200	400	
	<b>SOMA DO CAPITULO 08.....</b>			<b>400</b>

Classificação Económica	Designação	IMPORTANCIAS (em contos)		
		Por Artigos	Por Grupos	Por Capitulos
	<b>RECEITAS CAPITAL</b>			
	<b>CAP. 09 - VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>			
	<b>01- TERRENOS- ADMINISTRACOES PUBLICAS</b>			
09.01.01	TERRENOS- EXTERIOR			
09.01.02	TERRENOS E OUTROS SECTORES			
	<b>02- EDIFICIOS</b>			
09.02.01	DESAMORTIZACAO DE IMOVEIS DO ESTADO	60,000		
09.02.02	EDIFICIOS-OUTROS SECTORES	10,000	70,000	
	<b>03- OUTROS BENS DE INVESTIMENTO</b>			
09.03.01	MATERIAL DE TRANSPORTE	6,000		
09.03.02	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	2,000		
09.03.03	ANIMAIS			
09.03.04	DIVERSOS-SERVICOS GERAIS			
09.03.05	PRIVATIZACOES	1,495,000	1,503,000	
	<b>SOMA DO CAPITULO 09:.....</b>			<b>1,573,000</b>
	<b>CAP. 10 - TRANSFERENCIAS</b>			
10.01.01	DONATIVOS DIRECTOS	3,386,620		
10.01.02	FUNDOS DE CONTRAPARTIDA (FDN)	824,180		
10.01.03	FUNDOS DE CONTRAPARTIDA (TESOURO)	362,018		
10.01.04	DONATIVOS DIRECTOS-AJUDA A BALANCA DE PAGAMENTOS	464,562		
10.01.05	EMPRESTIMOS ROTROCESSAO (AJUDAS)	62,232		
10.01.06	OUTRAS TRANSFERENCIAS (OFN)	998,632	6,098,244	
	<b>SOMA DO CAPITULO 10:.....</b>			<b>6,098,244</b>
	<b>CAP. 11 - ACTIVOS FINANCEIROS</b>			
11.01.01	EMPRESTIMOS ROTROCESSAO - DIVIDA EXTERNA	133,157	133,157	
	<b>SOMA DO CAPITULO 11:.....</b>			<b>133,157</b>
	<b>CAP. 12 - PASSIVOS FINANCEIROS</b>			
12.01.01	CREDITO INTERNO	1,603,438		
12.01.02	CREDITO EXTERNO	2,265,750	3,869,188	
	<b>SOMA DO CAPITULO 12:.....</b>			<b>3,869,188</b>
	<b>CAP. 13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>			
13.01.01	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	500		
	<b>SOMA DO CAPITULO 13:.....</b>			<b>500</b>
	<b>CAP. 14 - REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS</b>			
14.01.01	REPOSICOES NAO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	9,000		
	<b>SOMA DO CAPITULO 14:.....</b>			<b>9,000</b>
	<b>CAP. 15 - CONTAS DE ORDEM</b>			
15.01.01	CONTAS DE ORDEM	252,902		
	<b>SOMA DO CAPITULO 15:.....</b>			<b>252,902</b>
	<b>TOTAL DAS RECEITAS: .....</b>			<b>20,776,793</b>

## ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1996

## MAPA II

## MAPA DAS DESPESAS POR DEPARTAMENTO ORGANICO

Unid.: contos

ORGANISMOS	DESPESAS CORRENTES	CONTAS DE ORDEM	DESPESAS INVESTIM.	TOTAL
ASSEMBLEIA NACIONAL	137,234	5,600		142,834
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	81,155			81,155
GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO	66,099			66,099
MINISTERIO DA COORDENACAO ECONOMICA	5,370,334		1,422,989	6,793,323
MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS	688,906			688,906
MINISTERIO DA EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA	2,078,584	114,535	1,010,191	3,203,310
GABINETE DO MINISTRO ADJUNTO DO PRIMEIRO MINISTRO	244,379		352,444	596,823
PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	94,778			94,778
MINISTERIO DA DEFESA NACIONAL	351,833		20,000	371,833
MINISTERIO DA JUSTICA E DA ADMINISTRACAO INTERNA	709,845	25,000	63,120	797,965
MINISTERIO DO MAR	162,979	23,871	334,171	521,021
MINISTERIO DA AGRICULTURA, ALIMENTACAO E AMBIENTE	283,943	59,296	1,364,748	1,707,987
MINISTERIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES	121,305		3,797,474	3,918,779
MINISTERIO DA SAUDE E PROMOCAO SOCIAL	820,588	24,600	850,192	1,695,380
<b>TOTAL</b>	<b>11,211,962</b>	<b>262,902</b>	<b>9,216,329</b>	<b>20,690,193</b>

## ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1996

## MAPA III

## CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS DO ESTADO

Unid.: contos

Classif. Funcional	FUNCOES	DESPESAS CORRENTES	CONTAS DE ORDEM	DESPESAS INVESTIM.	TOTAL
<b>1.</b>	<b>Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>4,100,554</b>	<b>30,600</b>	<b>665,498</b>	<b>4,696,652</b>
1.1.	Administração Geral	3,001,223	30,600	553,498	3,585,321
1.2.	Negócios Estrangeiros	688,906			688,906
1.3.	Segurança e Ordem Pública	410,425		12,000	422,425
<b>2.</b>	<b>Defesa Nacional</b>	<b>351,833</b>		<b>20,000</b>	<b>371,833</b>
2.1.	Administração	30,554			30,554
2.2.	Exército	321,279		20,000	341,279
<b>3.</b>	<b>Educação</b>	<b>1,986,658</b>		<b>960,191</b>	<b>2,946,849</b>
3.1.	Administração, Regulament. e Investigação	218,249		741,325	959,574
3.2.	Escolas, Liceus e outros Centros de Ensino	1,768,409		218,866	1,987,275
<b>4.</b>	<b>Saúde</b>	<b>714,546</b>	<b>24,600</b>	<b>478,500</b>	<b>1,217,646</b>
4.1.	Administração, Regulament. e Investigação	535,322		338,500	873,822
4.2.	Hospitais	179,224	24,600	140,000	343,824
<b>5.</b>	<b>Segurança e Assistência Social</b>	<b>106,042</b>		<b>371,892</b>	<b>477,734</b>
5.1.	Administração, Regulament. e Investigação			67,400	67,400
5.2.	Previdência e Assistência Social	106,042		218,661	324,703
5.3.	Serviços de Assistência Social			85,631	85,631
<b>6.</b>	<b>Habituação e Equipamentos Urbanos</b>	<b>18,190</b>		<b>740,500</b>	<b>758,690</b>
6.1.	Habituação	18,190		610,500	628,690
6.2.	Equipamentos Urbanos				
6.3.	Higiene e Saneamento Básico			130,000	130,000
<b>7.</b>	<b>Outros Serviços Coletivos Sociais</b>	<b>273,834</b>	<b>114,535</b>	<b>145,300</b>	<b>533,669</b>
7.1.	Serviços Recreativos e Culturais	273,834	114,535	135,300	523,669
7.2.	Cultos e Outros Serviços não Especificados			10,000	10,000
<b>8.</b>	<b>Serviços Económicos</b>	<b>580,227</b>	<b>83,167</b>	<b>5,933,648</b>	<b>6,597,042</b>
8.1.	Administração, Regulament. e Investigação	367,027	83,167	429,754	879,948
8.2.	Agricultura, Sicultura, Pecuária e Pescas	109,274		1,477,990	1,587,264
8.2.1.	Agricultura e Sicultura	72,577		1,128,903	1,201,480
8.2.2.	Pecuária e Pescas	36,697		349,087	385,784
8.3.	Indústrias Extractivas, Transf. e Const. Civil			245,000	245,000
8.3.1.	Indústrias Extractivas			245,000	245,000
8.3.2.	Indústrias Transformadoras				
8.3.3.	Indústrias de Construção Civil			1,133,366	1,133,366
8.4.	Electricidade e Água				
8.5.	Estradas				
8.6.	Vias navegáveis e Portos	66,643		164,000	230,643
8.7.	Outros Transportes e Comunicações	20,800		1,233,538	1,254,338
8.8.	Turismo			50,000	50,000
8.9.	Comércio	16,483			16,483
<b>9.</b>	<b>Outras Funções</b>	<b>3,080,078</b>			<b>3,080,078</b>
9.1.	Operações da Dívida Pública	3,080,078			3,080,078
	<b>TOTAL</b>	<b>11,211,962</b>	<b>262,902</b>	<b>9,215,329</b>	<b>20,690,193</b>

## MAPA IV

## Classificação Económica das Despesas do Estado

Unidade: contos

Código	Rúbrica	Total
	DESPESAS CORRENTES .....	9,170,857
1 a 18	Pessoal .....	5,023,341
19 a 21	Bens duradouros .....	23,132
22 a 27	Bens não duradouros .....	176,530
28 a 31	Aquisição de serviços .....	227,206
32 a 37	Juros .....	1,147,705
38	Transferências Sector Público .....	1,326,464
39	Transferências – Empresas Públicas .....	0
41 a 43	Transferências – Outras .....	179,537
44	Outras despesas correntes .....	1,066,942
	DESPESAS DE CAPITAL .....	2,041,105
45 a 53	Investimentos .....	108,732
66 a 70	Passivos financeiros .....	1,932,373
71	Outras despesas de capital .....	0
	Total .....	11,211,962

## ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1996

## MAPAS V e VI

## ORÇAMENTO PRIVATIVO DOS FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS

## DESPESAS DE FUNCIONAMENTO

Unid: contos

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA DOS SERVIÇOS	RECEITAS PRÓPRIAS	SUBSÍDIO DO ESTADO	TOTAL
<b>MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA</b>		<b>66,716</b>	<b>66,716</b>
GAB. DE APOIO A REEST. DO S.E.E. (GARSEE)		7,000	7,000
INSTITUTO APOIO AO DESENV. EMPRESARIAL		14,756	14,756
PROMEX		36,797	36,797
UNID. COORD. DE PROJECTOS		8,163	8,163
<b>MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>		<b>32,050</b>	<b>32,050</b>
INSTITUTO DE APOIO AO EMIGRANTE		32,050	32,050
<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA</b>	<b>45,683</b>	<b>217,122</b>	<b>262,705</b>
INSTITUTO NACIONAL DA CULTURA		42,000	42,000
INSTITUTO CABOVERDIANO DO CINEMA		8,000	8,000
INSTITUTO CABOV. DO LIVRO E DO DISCO	23,900	6,300	30,200
ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL	235	13,000	13,235
CENTRO NACIONAL DO ARTESANATO	2,050	8,022	10,072
INST. CABOVERD. ACCAO SOCIAL ESCOLAR		15,658	15,658
INSTITUTO SUPERIOR DA EDUCAÇÃO		35,895	35,895
INSTITUTO PEDAGÓGICO DA PRAIA		22,872	22,872
INSTITUTO PEDAGÓGICO DO MINDELO		19,263	19,263
CENTRO DE FORMAÇÃO NAUTICA	19,398	34,121	53,519
COMISSÃO NACIONAL PARA O UNESCO		3,980	3,980
COMISSÃO INSTALAÇÃO ENSINO SUPERIOR		8,011	8,011
<b>GAB. MINISTRO ADJUNTO PRIMEIRO MINISTRO</b>	<b>88,360</b>	<b>102,643</b>	<b>190,993</b>
INSTITUTO DA CONDIÇÃO FEMININA		10,412	10,412
INST. DO EMPREGO E FORMAC. PROFISSIONAL		26,861	26,861
TELEVISÃO NACIONAL DE CABO VERDE	48,000	22,500	70,500
RADIO NACIONAL DE CABO VERDE	33,010	22,500	55,510
AGÊNCIA NOTICIOSA CABOPRESS	7,340	14,000	21,340
CENFA		6,370	6,370
<b>PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS</b>		<b>5,308</b>	<b>5,308</b>
GABINETE FOGO/BRAVA		5,308	5,308
<b>MINIST. DA JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>		<b>36,664</b>	<b>36,664</b>
POLÍCIA JUDICIÁRIA		34,564	34,564
COMISSÃO DE COMBATE A DROGA		2,000	2,000
<b>MINISTÉRIO DO MAR</b>	<b>4,473</b>	<b>30,500</b>	<b>34,973</b>
INST. NAC. DE DESENV. DAS PESCAS	4,473	27,500	31,973
SECRETARIADO PERMANENTE DO CILSS		3,000	3,000
<b>MINISTÉRIO DA AGRIC., ALIM. E AMBIENTE</b>	<b>69,296</b>	<b>101,801</b>	<b>161,097</b>
INST. NAC. DE INVESTIG. AGRÁRIA	6,514	26,301	32,815
INST. NAC. DE GESTÃO DE REC. HÍDRICOS	52,782	26,500	79,282
INSTITUTO NACIONAL DAS COOPERATIVAS		19,500	19,500
INST. NAC. DE FOMENTO AGRO-PECUÁRIO		29,500	29,500
<b>MINISTÉRIO DAS INFRAEST. E TRANSPORTES</b>		<b>3,100</b>	<b>3,100</b>
LABORATÓRIO DE ENGENHARIA CIVIL		3,100	3,100
<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL</b>	<b>32,600</b>	<b>202,062</b>	<b>234,662</b>
HOSPITAL DR. AGOSTINHO NETO	16,000	106,495	122,495
HOSPITAL DR. BAPTISTA DE SOUSA	16,000	66,074	82,074
CENTRO NAC. DE DESENV. SANITÁRIO	600	6,655	7,255
INSTITUTO CABOVERDIANO DE MENORES		22,828	22,828
<b>INSTITUTO CABOVERDIANO DE SOLIDARIEDADE</b>		<b>2,070</b>	<b>2,070</b>
	<b>230,302</b>	<b>799,926</b>	<b>1,030,228</b>

**ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1996**

**MAPA IX**

**FINANCAS LOCAIS**

Unid: contos

IMPOSTOS MUNICIPAIS	96,600
FUNDO DE APOIO AOS MUNICIPIOS	430,000
<b>TOTAL</b>	<b>526,600</b>

## MAPA X

## RESUMO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

## PROJECTOS DE INVESTIMENTOS ORGANIZADOS POR PROGRAMA

Unidade: contos

DESIGNAÇÃO	TOTAL P.I.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
		TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	EMPREST.
<b>TOTAL DOS MINISTERIOS</b>	<b>9,215,329</b>	<b>3,562,959</b>	<b>1,740,147</b>	<b>824,180</b>	<b>998,632</b>	<b>5,652,370</b>	<b>2,265,750</b>
MINISTERIO DAS INFRAEST. E TRANSPORTES	3,797,474	1,580,774	295,538	336,736	948,500	2,216,700	1,770,000
MINISTERIO DA AGRIC., ALIM. E AMBIENTE	1,364,748	669,918	190,474	479,444		694,830	99,644
MINISTERIO DA COORDENAC. ECONOMICA	1,422,989	421,595	371,463		50,132	1,001,394	185,814
MINISTERIO DA EDUC., CIENCIA E CULTURA	1,010,191	394,397	394,397			615,794	120,000
MINISTERIO DA SAUDE E PROMOCAO SOCIAL	850,192	172,695	172,695			677,497	
CHEFIA DO GOVERNO	352,444	151,600	151,600			200,844	
MINISTERIO DO MAR	334,171	88,860	80,860	8,000		245,311	90,292
MINISTERIO DA JUSTICA E ADM. INTERNA	63,120	63,120					
MINISTERIO DA DEFESA NACIONAL	20,000	20,000					

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## CHEFIA DO GOVERNO

Pag. 1/1  
Unidade: contos

CODIGO	DESIGNAÇÃO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
				TOTAL P.I.	TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	EMPRESTIMOS
	<b>TOTAL DO MINISTERIO</b>			<b>352,444</b>	<b>161,600</b>	<b>161,600</b>			
	<b>EMPREGO E FORMACAO PROFISSIONAL</b>			<b>257,144</b>	<b>64,000</b>	<b>64,000</b>			
	Emprego e Formacao Profissional	Nacional	IDA/RFA/SUI/H/G			20,000			98,004
	Desenv. SIME e coordenação sistema emp./t.p.	Nacional	GOV/POR			10,000			2,000
	Promocao de formacao profissional	Nacional	GOV/BM			30,000			24,640
	Promocao de iniciativas geradoras de emprego	Nacional	SUI						45,000
	Implementacao de pavilhao pre/fabricado	Praia	POR/GOV			4,000			33,600
	<b>COMUNICACAO SOCIAL</b>			<b>29,000</b>	<b>29,000</b>	<b>29,000</b>			
	Modernizacao orgaos comunio. social do Estado	Nacional	GOV			29,000			
	<b>JUVENTUDE</b>			<b>30,000</b>	<b>30,000</b>	<b>30,000</b>			
	Associativismo juvenil (inclui cartao jovem)	Nacional	GOV			20,000			
	ALIE	Nacional	GOV			10,000			
	<b>DESPORTO</b>			<b>26,300</b>	<b>16,600</b>	<b>16,600</b>			
	Programas de desporto	Nacional	POR						7,700
	Estado Aderito Sena (conclusao)	S. Vicente	GOV			16,000			7,700
	Projecto do estadio da Varzea (em exec.)	Praia	GOV			2,600			
	<b>ORGANIZACOES SINDICAIS</b>			<b>10,000</b>	<b>10,000</b>	<b>10,000</b>			
	Apoio e Incentivos as org. sindicais	Nacional	GOV			10,000			

Pag. 1/2

Unidade: contos

**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996**  
**MINISTERIO DA COORDENACAO ECONOMICA**

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	TOTAL P.I.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO			
					TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	DONATIVOS	EMPRESTIMOS
	TOTAL P.I. DO MINISTERIO			1,422,989	421,595	371,463		50,132	1,001,394	815,590	185,814
	INDUSTRIA			287,259	42,554	17,554		25,000	244,705	244,705	
	Criacao nucleo prop. industrial	Nacional	GOV/POR			1,500				1,500	
	Proteccao da industria nacional	Nacional	GOV/POR			2,000				6,000	
	Criacao sistema nacional de qualidade	Nacional	POR				20,000			30,000	
	Regl. residuos Industriais	Nacional	POR				5,000			15,000	
	Formacao desenv. ceramica fase III	Nacional	CHI/PNU/SUE							18,000	
	Hangares Industriais	Praia	LUX							80,000	
	Zona Industrial da Praia	Praia	UE							40,000	
	Reforco proj. ceramica Boavista	Boavista	SUI							10,000	
	Aducao de agua a Lazareto	S. Vicente	GOV			14,054					
	Apolo Institucional ao IADE	Nacional	FAD							14,805	
	Fundo de Desenvolvimento Industrial	Nacional	FAD							29,400	
	TURISMO			50,000	50,000	50,000					
	Desenvolvimento do turismo	Nacional	GOV			50,000					
	ENERGIA E DESSALINIZACAO			864,379	227,360	202,228		25,132	637,019	533,205	103,814
	ENERGIA			582,173	135,360	115,228		20,132	446,813	342,999	103,814
	Diagnosticos dos sistemas electricos	Nacional	IDA/BM							5,000	
	Estudo do impacto de proj. de electrific. realiz.	Nacional	IDA/BM/GOV			4,000				2,000	
	Criacao serv. estatistico cadastro energetico	Nacional	IDA/BM							3,500	
	Estudo da estabilidade din. redes electricas	Nacional	IDA/BM							4,500	
	Reabilitacao MT e BT Mindelo	S. Vicente	IDA/BM					750		5,199	
	Reforco potencia Instalada (Central Electrica)	Sal	GOV			25,000					38,465
	Electrificacao S. Nicolau (exec.)	S. Nicolau	GOV			12,000					
	Remodelacao de rede	Brava	ALE							31,700	
	Substituicao de gerador do Maio	Maio	GOV			7,500					
	Estudo da nova central da Praia	Praia	GOV			6,728					
	Reforco potencia Instalada (Central Electrica)	Praia	GOV			25,000					
	Electrific. Zona Rural da Praia	Praia	UE								
	Extensao da central da Praia	Praia	BEI/GOV							165,100	
	Reabilitacao MT e BT Praia	Praia	BEI/GOV								
	Electrificacao rural Calheta	Tarrafal	AUS/GOV			5,000				54,000	
	Reforco electricif. R. Grande: Vila e Z. Rural	R. Grande	LUX/GOV			5,000				20,000	
	Reforco electricif. do Paul	Paul	LUX/GOV			5,000				25,000	
	Electrificacao P. Novo (em curso)	Porto Novo	LUX/GOV			14,000				11,000	
	II fase electricif. dos Mosteiros	Mosteiros	RFA/GOV			6,000				16,000	
	DESSALINIZACAO			174,208	80,000	75,000			94,208	94,208	
	Reforco capacidade dessalinizador Mindelo	S. Vicente	BEL/GOV			50,000					
	Aumento capacidade armazenamento	Sal	GOV			20,000					
	Montagem dessalinizador	Sal	GOV			5,000					

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DA COORDENACAO ECONOMICA

Pag. 2/2

Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC	TOTAL P.I.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
					TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	DONATIVOS EMPRESTIMOS
	ENERGIAS RENOVAVEIS			108,000	12,000	12,000			96,000	96,000
	Energia solar e desenvolvimento comunitario	Nacional	HOL							33,000
	Reforco de energias renovaveis	Nacional	GOV			4,000				
	Parque eolico da Boavista	Boavista	FRA/GOV			8,000				63,000
	FINANCAS			61,681	61,681	61,681				
	Aquisicao de edificios missoes diplomaticas	Nacional	GOV			27,550				
	Construcao de edificio financas (conclusao)	Prata	GOV			24,131				
	ADMINISTRACAO LOCAL			82,000					82,000	82,000
	Descentralizacao e reforma municipal	Nacional	IDA							50,000
	Apoio Institucional aos Municipios	Nacional	IDA							32,000
	ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS			50,000	50,000	50,000				
	Apoio as ONGs	Nacional	GOV			50,000				
	OUTROS SECTORES			37,670					37,670	37,670
	PROMEX	Nacional	USAID							9,670
	NLTFS	Nacional	HOL							16,000
	NATCAP	Nacional	PNUD							12,000

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DA EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA

Pag. 1/1

Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	TOTAL P.I.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
					TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	DONATIVOS EMPRESTIMOS
	<b>TOTAL DO MINISTERIO</b>			<b>1,010,191</b>	<b>394,397</b>	<b>394,397</b>			<b>616,794</b>	<b>496,794</b>
	<b>EDUCACAO</b>			<b>960,191</b>	<b>344,397</b>	<b>344,397</b>			<b>616,794</b>	<b>496,794</b>
	Formacao/informacao s/ ambiente	Nacional	UE							23,172
	Superaçao academica	Nacional	FRA/CIDAC							2,514
	Assistencia tecnica	Nacional	PNUD							10,322
	Desenv. da area de estudos humanisticos	Nacional	POR/GOV			3,500				26,785
	Estudo/pesquisa metodol. port. lingua seg.	Nacional	POR/GOV			2,000				2,750
	Formacao de quadros	Nacional	G/EUA/AUS/SUI			267,637				131,921
	PEBF	Nacional	IDA/GOV			22,000				
	Mobiliario escolar	Nacional	GOV			30,000				
	Apolo ao ensino basico	Nacional	UNI							1,498
	Introduçao radiofonica literativa	Nacional	GOV			1,000				
	Formacao estatistica e carta escolar	Nacional	PNUD/UNI							5,228
	Apolo ao programa nac. de alfab. VII fase	Nacional	SUI							96,836
	Desenv. de criancas 4-6 anos	Nacional	UNI							2,451
	Formacao basica em Cabo Verde	Nacional	GOV							32,000
	Educ. mater. pop. Vida Familiar CV/92/PO4	Nacional	FNP							9,898
	Utiliz. novas tecnologias-PUENTI	Nacional	POR/GOV			690				6,430
	Reforço corpo inspectivo	Nacional	POR/GOV			3,500				3,910
	Apolo ao arranque Unid. Educ. Adultos	Nacional	POR/GOV			1,500				3,500
	Apolo a educacao de adultos	Nacional	OWA							8,869
	Implem. da educ. especial Integrado	Nacional	UNI							1,080
	Materiais de educacao fisica e desporto	Nacional	GOV			3,000				
	Formacao em exercicio prof. de Ingles	Nacional	GOV			250				3,500
	Apolo ao programa de extensao rede escolar	Nacional	MARROCOS							
	Apolo ao ensino sec./formacao de profess.	Nacional	POR/GOV			570				3,070
	Apolo ao centro de documentacao	Nacional	POR/GOV			250				500
	Consolidacao do sistema educativo	Nacional	UE/GOV			4,500				80,000
	Construcao de residencia estudantil/Mindelo	Nacional	GULB/GOV							30,000
	Apolo ao Instituto Pedagogico	S. Vicente	POR/GOV			4,000				10,060
		Prata/S. Vic.	POR/GOV							
	<b>CULTURA</b>			<b>50,000</b>	<b>50,000</b>	<b>50,000</b>				
	Apolo a cultura	Nacional	GOV			20,000				
	Seminario S. Nicolau (conclusao)	S. Nicolau	GOV			10,500				
	Museu da Prata	Prata	GOV			13,000				
	Forte Sto Antonio	Cidade Velha	GOV			5,000				
	Igreja N. Sra do Rosario	Cidade Velha	GOV			1,500				

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

Pag. 2/2

Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	TOTAL P.I.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
					TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	EMPRESIMOS
	SANEAMENTO BASICO			215,819	94,819	9,000	85,819		121,000	25,000
	PSM 1a fase execucao (saldo)	S. Vicente	GOV/FAD			5,000				25,000
	Inv. reutilizacao effluente ETAR Mindelo	S. Vicente	GOV/SUE			4,000				
	PSP execucao / 1a e 2a fase	Praia	UE							
	Saneamento e aducao de agua potavel	S. Nicolau	FRA				85,819			
	CARTOGRAFIA E CADASTRO			18,000	8,000	8,000			10,000	
	Formacao de quadros DSCC	Nacional	GOV/POR			1,000			3,000	
	Elaboracao de lei quadro de cadastro	Nacional	GOV/POR			1,000			2,000	
	Revisao rede geodesica	Nacional	ASDI/UE			5,000			2,500	
	Producao cartografica	Nacional	ASDI/UE			1,000			2,500	
	HABITACAO			610,500	610,500	10,000		600,500		
	PROGRAMA DE HABITACAO SOCIAL	Nacional	GOV			10,000				
	PROGRAMA DE HABITACAO ECONOMICA	S. Vicente	GOV					30,000		
		Sai	GOV					7,000		
		S. Nicolau	GOV					7,000		
		Praia	GOV					471,000		
		Tarrafal	GOV					38,500		
		R. Grande	GOV					47,000		
	EQUIPAMENTO E ASSISTENCIA TECNICA			122,700	29,000	18,000			93,700	80,000
	EAS custos recorrentes PIT	Nacional	GOV/IDA			18,000			13,700	80,000
	Equipamentos de meteorologia	Nacional	GOV/FRA					11,000		

Pag. 1/2

Unidade: contos

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES

MINISTERIO DAS INFRAESTRUTURAS E TRANSPORTES											
		FINANCIAMENTO INTERNO				FINANCIAMENTO EXTERNO					
CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	TOTAL P.I.	TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	DONATIVOS	EMPRESTIMOS
<b>TOTAL DO MINISTERIO</b>											
				3,797,474	1,590,774	286,538	336,736	949,500	2,216,700	446,700	1,770,000
<b>TRANSPORTES TERRESTRES</b>											
	Recuperacao/manutencao de equipamentos	Nacional	GOV	325,495	325,495	74,538	250,917				
	Reconversao das FAIMO	Nacional	GOV			14,000					
	Estradas de S. Nicolau (R. Brava/Juncalinho)	S. Nicolau	UE				87,917				
	Estradas do Maio	Maio	UE				73,000				
	Estradas de Santiago	Santiago	UE				90,000				
	Delegacoes	Santiago	GOV			31,000					
<b>INFRAESTRUTURAS PORTUARIAS</b>											
	Porto Grande (con.)	S. Vicente	GOV/IDA/BEI/	1,384,000	114,000	114,000			1,250,000	200,000	1,050,000
	Porto Vale dos Cavaleiros (exec.)	S. Filipe	/HOL/OPEC			18,000					480,000
	Outros portos	S. Filipe	GOV/ALE			6,000				200,000	
		Maio/Boav.	GOV			90,000					570,000
<b>INFRAESTRUTURAS AEROPORTUARIAS</b>											
				400,000	120,000	7,000		113,000	280,000	80,000	200,000
	Ampliacao/remodelacao aerogare S. Pedro	S. Vicente	GOV					28,000			
	Reab. sistema iluminacao da pista do AIAC	Sal	GOV					30,000			
	Reabilitacao da pista de P. do Sol	S. Antao	GOV					4,000			
	Reabilitacao da pista de S. Nicolau	S. Nicolau	GOV					2,000			
	Construcao de aerogare de S. Nicolau	S. Nicolau	GOV					15,000			
	Construcao de aerogare da Boavista	Boavista	GOV					15,000			
	Aeroporto da Praia	Praia	GOV/FAD/BAE			7,000				10,000	
	Aerogare de S. Filipe	S. Filipe	GOV/ALE					13,000		70,000	
	Pista de S. Filipe (con.)	S. Filipe	ALE					4,000			
	Remodelacao da aerogare dos Mosteiros	Mosteiros	GOV					2,000			
	Reparacao da pista dos Mosteiros	Mosteiros	GOV								
<b>CORREIOS E TELECOMUNICACOES</b>											
				675,000	284,000	40,000		224,000	415,000		415,000
	Central fiscalizacao espectro radioeletrico	Nacional	GOV			40,000					
	Cabo submarino/fibras opticas	Nacional	GOV					75,000			225,000
	Rede de cabos - Praia/Mindelo/Espargos	Nacional	GOV					50,000			100,000
	Antena de estacao terrestre	Santiago	GOV					76,500			90,000
	Ampliacao estacao Praia/compra do Mindelo	Praia/S.Vic.	GOV/POR					22,500			
<b>ORDENAMENTO DO TERRITORIO</b>											
				295,819	117,819	32,000			178,000	153,000	25,000
<b>URBANISMO</b>											
	Quadro juridico ord. territ./lei solo exp.	Nacional	GOV/POR	62,000	15,000	15,000			47,000	47,000	
	Reg. tipol. figuras ordenamento territorio	Nacional	GOV/POR			500				1,500	
	Apolo tecnico CM exp. reabil. urbana	Nacional	GOV/POR			500				4,500	
	Regulamentacao lei de bases do ambiente	Nacional	GOV/POR			500				4,500	
	Formacao/informacao educacao s/ ambiente	Nacional	GOV/POR			500				4,000	
	Identificacao e delimitacao areas protegidas	Nacional	GOV/POR			500				3,000	
	Planos de ordenamento	Nacional	GOV/ASDI			11,000				4,500	
	Criterios CECV	Nacional	GOV/POR			1,000				20,000	
										5,000	

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DA DEFESA NACIONAL

Pag. 1/1  
Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO	
				TOTAL P.I.	TOTAL	TESOURO	TOTAL	DONATIVOS EMPRESTIMOS
	TOTAL DO MINISTERIO			20,000	20,000	20,000		
	Construcao de Infraestruturas	Prata/S. Vio. GOV		20,000	20,000	20,000		

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DO MAR

Pag. 1/1  
Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	TOTAL P.I.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO	
					TOTAL	TESOURO	FDN	TOTAL	DONATIVOS EMPRESTIMOS
	TOTAL P.I. DO MINISTERIO			334,171	88,860	80,860	8,000	245,311	155,019
	PESCA ARTESANAL			134,954	27,300	19,300	8,000	107,654	97,654
	Desenvolvimento das pescas (fase principal)	Nacional	FAO/HOL/GOV			4,000			57,654
	Apoio a actividades do sector primario.	Nacional	GOV/FRA						20,000
	Apoio estrutural CTS/Centros de frio	Nacional	GOV			4,000			
	Credito e comercializacao	Nacional	GOV			2,500			
	Proj. desenv. pesca artesanal	Santiago	BAD/FIDA						10,000
	Implementacao de sistema de lotas de pesca	Santiago	GOV			2,000			
	Desenvolvimento das pescas	S. Nic./Malo	GOV			1,800			
	Fomento pesca artesanal	Fogo/Brava	RFA/GOV			5,000			20,000
	PESCA INDUSTRIAL			148,692	16,000	16,000		132,692	92,400
	Centro de Informacao de pesca do atum	Nacional	GOV/NDF			1,000			9,975
	Centro de treinamento de pesca	Nacional	NDF						20,070
	Centro de Isco	Nacional	GOV/NDF			800			6,820
	Modernizacao da frota	Nacional	BADEA/BAD						3,180
	Fundo de Desenvolvimento das Pescas	Nacional	GOV/			10,000			35,000
	Desenvolvimento de Infraestruturas	Nacional	G/NDF/ICEIDA			1,000			4,500
	Apoio Institucional	Nacional	G/NDF/BAD/FR			2,000			9,900
	Assistencia tecnica DGP	Nacional	GOV/BADEA			1,200			3,000
	INVESTIGACAO E FORMACAO			35,965	31,000	31,000		4,965	4,965
	Formacao Informal pescas	Nacional	GOV			2,500			
	Consolid. rede documental p/ sector maritimo	Nacional	GOV			1,500			
	Sistema estatistico das pescas	Nacional	GOV			7,000			
	Desenvolv. da aquacultura	Nacional	GOV			2,500			
	RMGRH Oceanologia	Nacional	GOV			7,000			
	Divulgacao de novas tecnologias de pescas	Nacional	GOV/FRA			5,000			2,020
	Conservacao de especies	Nacional	GOV			1,000			
	RMGRH grandes/peq. pelag., demer., lagosta	Nacional	GOV/FRA			2,500			2,945
	Promocao da qualidade de produtos do mar	Nacional	GOV			2,000			
	TRANSPORTES MARITIMOS			14,560	14,560	14,560			
	Apoio Institucional DGMP	Nacional	GOV			10,000			
	Recuperacao/manutencao/conserv. farois	Nacional	GOV			2,060			
	Reparacao e manutencao de unidades navais	Nacional	GOV			1,500			
	Arqueologia maritima	Boavista	GOV			1,000			



**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996**  
**MINISTERIO DA AGRICULTURA, ALIMENTACAO E AMBIENTE**

Pag. 2/6

Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC	TOTAL P.I.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
					TOTAL	TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	DONATIVOS
	RECURSOS HIDRICOS			195,901	129,994	85,168	44,826		85,907	65,907
	ABASTEC. AGUA/SANEAM. MEIO RURAL					85,168	44,826			65,907
	Importacao de tubagem equip./bombeagem	Nacional	GOV			30,936				
	Elaboracao de projectos de hidraulica	Nacional	GOV			3,094				
	Programa regional solar	Nacional	UE/CILSS							
	Abastecimento de agua/Ribeira	Tarrafal	GOV				1,748			36,907
	Abastec. de agua/saneamento do meio rural	Tarrafal	GOV/UNICEF			5,143				3,000
	Abastec. de agua/saneamento do meio rural	Sia Cruz	GOV/UNICEF			8,449				2,000
	Abastec. de agua/saneamento do meio rural	Sia Cruz	GOV/UNICEF			6,466				2,000
	Abastec. de agua/saneamento do meio rural	R. Grande	GOV/UNICEF			8,082				5,500
	Abastec. de agua/saneamento do meio rural	Prata	GOV/UNICEF			6,466				4,500
	Abastec. de agua/saneamento do meio rural	Porto Novo	GOV/UNICEF			9,919				6,000
	Abastec. de agua/saneamento do meio rural	Paul	GOV/UNICEF			6,613				4,500
	Beneficiacao e captacao de agua/Madeira	S. Vicente	GOV				1,740			
	Perfuracao ensaios bombeagem	Santiago	GOV				1,740			
	Captacao/levadas/reservatorios	S. Nicolau	GOV				3,867			
	Abastec. agua Carrical/L. Pelado/Quelmeda	S. Nicolau	GOV				7,425			
	Ensaio bombeagem	S. Nicolau	GOV				773			
	Perfuracao/ensaio bombeagem	Sio Antao	GOV				3,867			
	Equipamento furos	Sio Antao	HOL							1,500
	Abastec. de agua/Espla/Tintelra/Pelvas	Moselros	ALE/GOV				11,369			
	Construc./manut. de infr. de abast. agua	Malo	GOV				3,674			
	Perfuracao p/ abastecimento de agua	Boavista	GOV				3,094			
	Abastecimento de agua	Brava	GOV				1,817			
	Beneficiacao captacao/reservatorios	Brava	GOV				3,712			

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DA AGRICULTURA, ALIMENTACAO E AMBIENTE

Pag. 3/6

Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
			TESOURO	FDN	OFN	TOTAL	DONATIVOS	EMPRESTIMOS
	<b>PECUARIA</b>		<b>49,891</b>	<b>11,292</b>	<b>14,474</b>	<b>23,125</b>	<b>23,125</b>	
	Reativacao Centro pecuario J. Galego	Boavista						
	Desenvolvimento pecuario	Maio						
	Apelo ao desenvolvimento da apicultura	Nacional						
	Plano Director Nacional Pecuaria	Nacional						
	Elaboracao cadastro pecuario	Nacional						
	Desenv. de pequenos ruminantes	Nacional						
	Construcao de equipamentos centro Lagado	Porto Novo						
	Unidade de producao de pintos	Porto Novo						
	Desenvolvimento pecuario	Sao Antao						
	Reabilitacao/Infraestrutura pecuaria	Sao Catarina						
	Eradicacao de fasciolose bovina	Santiago						
	Reabilitacao do Centro de Cajuilao	S. Nicolau						
	<b>FLORESTACAO</b>		<b>208,099</b>	<b>71,547</b>	<b>84,479</b>	<b>136,552</b>	<b>136,552</b>	
	Correcao torrencial e controle da erosao	Boavista						
	Programa de acao florestal nacional/PAFT III	Nacional						
	Conservacao de solos e agua-SAHIL	Nacional						
	Formacao de guardas florestais	Nacional						
	Florestacao	Porto Novo						
	Florestacao	Praia						
	Floresta e seguranca alimentar	Praia/Maio						
	Estada floresta/Morrocos-Lombo	R. Grande						
	Plantacao de perimetros florestais	Sao Antao						
	Programa de florestacao	Sao Cat./Fogo						
	Florestacao	Sao Catarina						
	Florestacao (WARD)	S. Domingos						
	Florestacao	S. Filipe						
	Programa de florestacao	S. Filipe/S. Cat						
	Arborizacao	Sai						
	Florestacao	S. Nicolau						
	Florestacao	Santiago/Maio						
	Florestacao	S. Vicente						
	Florestacao	Santa Cruz						
	Florestacao	Santa Cruz						
	Consl. apetreco. escrit. perimetro S. Jorge	Santa Cruz						
	Florestacao	Tarrafal						



**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996**  
**MINISTERIO DA AGRICULTURA, ALIMENTACAO E AMBIENTE**

Pag. 5/6

Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
				TOTAL P.I.	TOTAL	RECURSOS FDN	OPN	TOTAL	DONATIVOS EMPRESTIMOS
	CSA Lombo de Figueiras	R. Grande	GOV			2,382			
	Desenvolv. hidroagríc. Boca de coruja	São Antão	HOL						5,000
	Water-Harvesting	São Catarina	GOV			18,335			
	Desenvolv. hidroagríc. Saltoe Açima	São Catarina	GOV			4,640			
	Construção de cisternas comunitárias	São Catarina	GOV			7,734			
	Desenvolv. hidroagríc. Selada	São Catarina	GOV			4,640			
	Desenvolv. hidroagríc. Tabugal/Achada Leite	São Catarina	GOV			5,027			
	WARD	Tarrafal/São Cat.	USAID						35,000
	Desenvolv. hidroagríc. Engenho/Boa Ent.	São Catarina	GOV			6,961			
	Desenvolv. hidroagríc. R. Lagoa	S. Domingos	USAID						12,070
	Desenvolv. hidroagríc.	S. Domingos	GOV			4,965			
	Correção torrencial Lagoa	S. Domingos	GOV			4,138			
	Desenvolv. hidroagríc. Achada Baleia	S. Domingos	GOV			5,472			
	Desenvolv. hidroagríc. Fontes Almeida	S. Domingos	GOV			2,417			
	Desenvolv. hidroagríc. Bala/P. Bxo/A. Baleia	S. Domingos	GOV			2,417			
	Desenvolv. hidroagríc. Água de gato/J. G.	S. Domingos	GOV			4,273			
	Rega compensação luteiras-sequeiro	S. Filipe	GOV			16,551			
	Desenvolv. hidroagríc. Queimadas	S. Nicolau	GOV			3,867			
	Desenvolv. hidroagríc. Campinho/A. Patas	S. Nicolau	GOV			3,480			
	Recarga galeria Faja	S. Nicolau	GOV			8,507			
	CSA Ribeira Brava	S. Nicolau	GOV			7,734			18,000
	WARD-Programa adicional c/ associações	Santiago	USAID						
	CSA Ribeira Juliao	S. Vicente	GOV			3,433			
	CSA Calhau	S. Vicente	GOV			4,007			
	Desenvolv. hidroagríc. R. São Cruz	São Cruz	GOV			7,920			
	Desenvolv. hidroagríc. R. Seca	São Cruz	GOV			15,468			
	CSA Correção torrencial	São Cruz	GOV			7,734			
	Desenvolv. hidroagríc. Cumba	São Cruz	GOV			2,568			
	Desenvolv. hidroagríc. Saltoe Juzante	São Cruz	GOV			5,414			
	Desenvolv. hidroagríc. Ploos	São Catarina	GOV			7,734			
	Correção torrencial-Principal/P. Formosa	Tarrafal	GOV			6,311			
	Correção torrencial Lagoa	Tarrafal	GOV			2,707			
	Correção torrencial Cuba	Tarrafal	GOV			3,480			
	Correção torrencial Biscainhos	Tarrafal	GOV			3,480			
	Correção torrencial Fazenda	Tarrafal	GOV			2,166			
	Correção torrencial Flamengo Jusante	Tarrafal	GOV			6,975			
	Correção torrencial Milho Branco	Tarrafal	GOV			2,320			

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DA AGRICULTURA, ALIMENTACAO E AMBIENTE

Pag. 6/6

Unidade: contos

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ	FONTE FINANC	FINANCIAMENTO INTERNO		FINANCIAMENTO EXTERNO	
				TOTAL P.I.	TEBOUTO PDN	TOTAL	DONATIVOS EMPRESTIMOS
	<b>ANIMACAO E ASSISTENCIA TECNICA</b>			134,732	27,808	108,924	7,280 99,644
	Formacao e treinamento de produ. agro-pec.	Nacional	GOV		1,500		
	Formacao de jovens rurais	Nacional	GOV		2,320		
	Reparacao/apetreco. de centros de animacao	Nacional	GOV		3,094		
	Apolo Institucional a DGADRP	Nacional	GOV		1,933		
	Formacao de animadores rurais	Nacional	GOV		2,707		
	Programa de comunicacao rural	Nacional	GOV		2,320		
	Remodelacao Centro de animacao rural R. P.	Sao Antonio	HOL				
	Construcao dormitório cent. agric. A. Marinho	Sao Antonio	HOL				
	Desenvolvimento comunitario Lagedos	Sao Antonio	GOV		1,508		2,000
	Criacao de nucleo de comunicacao rural	Sao Antonio	GOV/HOL		183		4,000
	Acabamento de obras club talho	S. Nicolau	GOV		619		1,280
	Desenvolv. agro-pec. na base comum	Santiago	FAD/FIDA/FRA/		8,121		
	Horto-Inf. Boca Larga/Fundura/J. Ramos	Santa Cruz	GOV		3,493		
	<b>FORMACAO E INVESTIGACAO</b>			30,508	22,388	17,180	17,180
	Estudo fertilidade de solos	Nacional	FOR/GOV		464		
	Estudo terras salgadas	Nacional	UE/GOV		271		5,750
	Melhoramento de culturas hortícolas	Nacional	GOV		708		4,600
	Melhoramento de culturas de sequeiro	Nacional	GOV		928		
	AGRYMET-AGROMETERELOGIA	Nacional	GOV/PNU/OMM		4,331		
	Programa de investigacao agricola	Sao Antonio	GOV		1,114		
	Laboratorio multiplicacao in vitro de plantas	Santiago	BEL/GOV		572		1,800
	Becharrelato em ciencias agro-florestais	Santiago	FAO/ITA/POR		2,320		5,000
	Aplicacao de factores morfométricos	Santiago	UE/GOV		3,480		
	Estudo comportamento fisiológico proposit. jul	Santiago	RUN/GOV		5,383		
	Reparacao de infraestruturas INIDA	Santa Cruz	GOV		2,784		
	<b>COOPERATIVISMO</b>	Nacional	GOV	2,008	2,008		

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DA SAUDE E PROMOCAO SOCIAL

Pag. 1/1

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
				TOTAL P.I.	TESOURO	FDN	TOTAL	DONATIVOS	EMPRESTIMOS
	<b>TOTAL DO MINISTERIO</b>			860,192	172,686		677,497	677,497	
	<b>SAUDE</b>			478,500	78,000		400,500	400,500	
	Prog. cuidados primarios de saude	Nacional	UNI						28,000
	Curso de tecnicos de laboratorio	Nacional	GOV						
	Programa de cooperacao com a OMS	Nacional	OMS						50,000
	Nutricao	Nacional	UNI						16,000
	Assistencia tecnica	Nacional	GOV						29,500
	Programa de luta contra a sida	Nacional	UE/PNUD/OMS						170,000
	Manutencao do Centro de Saude	Boavista	GOV						
	Melhoria de prestacao de cuidados de saude	Praia	UE						
	Remodelacao da pediatria do H.A.N.	Praia	GOV						
	Reabilitacao da maternidade do H.A.N.	Praia	FRA						
	Curso de enfermagem	Praia	GOV						29,000
	Construcao e equip. C.S.	S. Cruz	AUS						45,000
	Remodelacao do Centro de Saude	S. Nicolau	LUX						35,000
	Beneficiacao/ampliacao estruturas de saude	ST/S.V./S.N. GOV							
	<b>PROMOCAO SOCIAL</b>			371,692	94,686		276,997	276,997	
	Protecao social minima	Nacional	GOV						
	Assistencia a grupos vulneraveis	Nacional	PAM						140,861
	Mulher e desenvolvimento (ICF)	Nacional	FNUAP/GOV						13,386
	Prog. de inf./formacao promoc. mulher (ICF)	Nacional	UNICEF/GOV						13,386
	Actividades geradoras de rendimentos	Nacional	PAM						40,000
	Construcao de armazens	Nacional	PAM						32,450
	Assistencia tecnica (ICM)	Nacional	GOV						
	Apoio a Associacao de deficientes	Nacional	GOV						3,450
	Centro de documentacao (ICF)	Praia	EMANO/GOV						3,908
	Centro de documentacao (ICM)	Praia	EMANO/POR/G						7,152
	Reabilitacao com base comunitaria (ICM)	Praia	R. Barren/GOV						13,181
	Promocao de actividades geradoras de rend.	Tarrafal	CIDAC/GOV						9,423
	Formacao de educadores sociais (ICM)	Tarrafal	USAID/GOV						

## PROGRAMA DE INVESTIMENTOS - 1996

## MINISTERIO DA JUSTICA E DA ADMINISTRACAO INTERNA

Pag. 1/1

CODIGO	DESIGNACAO	LOCALIZ.	FONTE FINANC.	FINANCIAMENTO INTERNO			FINANCIAMENTO EXTERNO		
				TOTAL P.I.	TESOURO	FDN	TOTAL	DONATIVOS	EMPRESTIMOS
	<b>TOTAL DO MINISTERIO</b>			63,120	63,120				
	<b>JUSTICA</b>			51,120	51,120				
	Construcao de palacio da justica	S. Catarina	GOV						
	Ampliacao da cadeia de S. Martinho	Praia	GOV						
	<b>ADMINISTRACAO INTERNA</b>			12,000	12,000				
	Construcao Comando S. Vicente (conclusao)	S. Vicente	GOV						